

Daniel Carnacchioni

Manual de
**DIREITO
CIVIL**

VOLUME
ÚNICO

4^o revista,
edição atualizada
e ampliada

2021



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

1184988

C288m Carnacchioni, Daniel.
Manual de direito civil: volume único / Daniel Carnacchioni– 4. ed. rev. ampl. e atual. – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
2080 p.

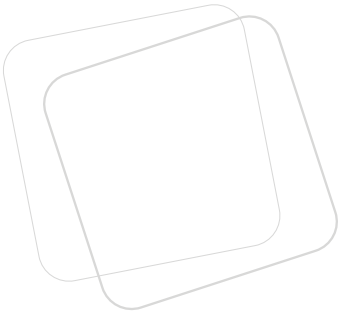
ISBN 978-65-5680-177-3

1. Direito Civil. I. Carnacchioni, Daniel. II. Título.

CDD 342.1

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	59
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	61
Noções Gerais	61
Vigência da Lei.....	61
Obrigatoriedade das Leis	63
Eficácia da Lei no Tempo (período de vida da lei – extensão).....	63
Fontes de Direito, Interpretação e Integração das Normas	64
Eficácia da Lei no Espaço (questão territorial) – Regras sobre Direito Internacional Privado.....	66
Competência e Jurisdição	68
Casamento: Regras sobre direito espacial.....	69
Relações Jurídicas cujo objeto seja imóvel e móvel	71
Obrigações.....	71
Sucessão	71
Prova	71
O direito público e as inovações.....	72
1. PARTE GERAL	79
1.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO.....	80
1.1.1. Introdução	80
1.1.2. Diferença básica entre cláusula geral e conceito jurídico indeterminado	81
1.1.3. Como compreender o Direito Civil contemporâneo?.....	82
1.1.4. O Direito Civil e a transição do Estado Liberal para o Estado Social democrático de direito	83
1.2. Liberalismo e Direito Civil	85
1.3. Estado Social (e democrático de direito) e o Direito Civil	89
1.4. Princípios constitucionais e sua relevância para o Direito Civil	90

1.4.1.	E o Direito Civil nesse panorama? Direito Civil Constitucional.....	93
1.4.2.	Características do Direito Civil Contemporâneo (Pós-Positivismo)	94
1.4.3.	Princípios constitucionais a serem observados nas relações jurídicas entre particulares	97
1.4.4.	Diferença entre regras e princípios.....	99
1.4.5.	Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.....	104
1.4.6.	Solidariedade Social e Igualdade Substancial	107
1.4.7.	Paradigmas do Direito Civil contemporâneo.....	109
1.4.8.	Direito Civil e os Tratados e Convenções Internacionais (Controle de convencionalidade)	110
1.4.9.	O Direito Civil e o Estado de Coisas Inconstitucionais.....	111
1.5.	Teoria Geral da Personalidade Civil da Pessoa Humana	111
1.5.1.	Noções gerais sobre a personalidade da pessoa humana	111
1.5.2.	Evolução da ideia de pessoa e personalidade.....	114
1.5.3.	Personalidade jurídica e capacidade	116
1.5.4.	Aquisição e início da personalidade jurídica da pessoa humana.....	119
1.5.5.	Nascituro e embrião – Personalidade jurídica.....	127
1.5.5.1.	ADIn 3.510/DF – Pesquisas de células-tronco embrionárias	129
1.6.	Teoria Geral da Capacidade jurídica da pessoa Humana: Capacidade de Direito e capacidade de fato.....	131
1.6.1.	Noções gerais sobre capacidade de direito.....	131
1.6.2.	Capacidade de fato – Noções gerais	133
1.6.2.1.	Teoria da Incapacidade no CC e as pessoas com deficiência (Lei 13.146/2015).....	135
1.6.2.2.	Convenção de Nova Iorque e as Pessoas com Deficiência – Repercussão na legislação brasileira e impacto na teoria da incapacidade e Reflexões sobre a lei das pessoas com deficiência	138
1.6.2.3.	Pessoa com Deficiência e Proteção	139
1.6.3.	Capacidade de fato e sua nova concepção. Crítica ao Código Civil. Incapacidade formal e material sob a perspectiva do Código Civil	141
1.6.3.1.	Incapacidade material.....	141
1.6.3.2.	Incapacidade formal – Arts. 3.º e 4.º do CC.....	143
1.6.3.3.	Incapacidade formal absoluta.....	144
1.6.3.4.	Incapacidade formal relativa	151
1.6.4.	Proteção dos incapazes – Disposições específicas do Código Civil.....	157
1.6.4.1.	Benefício de restituição	159
1.6.5.	Incapacidade e legitimação. Diferenças	161
1.6.6.	Cessação da incapacidade e emancipação	162
1.7.	Término da PERSONALIDADE Civil e Registro da Pessoa Natural.....	169

1.7.1.	Noções preliminares sobre o término da personalidade civil.....	169
1.7.1.1.	Morte real.....	170
1.7.1.2.	Morte presumida sem decretação de ausência.....	171
1.7.2.	Comoriência.....	173
1.7.3.	Registro público e pessoa natural. Questões sobre estado.....	173
1.8.	Término da Personalidade Civil e Ausência.....	175
1.8.1.	Considerações preliminares sobre o instituto da ausência.....	175
1.8.2.	Conceito de ausência.....	175
1.8.3.	Fases da ausência – Procedimento.....	176
1.8.3.1.	Curadoria dos bens do ausente – 1.ª fase.....	177
1.8.3.1.1.	Procedimento da primeira fase.....	177
1.8.3.1.1.1.	Requisitos para a declaração de ausência.....	177
1.8.3.1.1.2.	Curador.....	177
1.8.3.1.1.3.	Providências na fase de curadoria..	179
1.8.3.1.1.4.	Cessaçã da fase de curadoria.....	179
1.8.3.2.	Fase da sucessã provisória – 2.ª fase.....	180
1.8.3.3.	Fase da sucessã definitiva – 3.ª fase.....	188
1.8.4.	Hipótese especial de sucessã definitiva.....	191
1.8.5.	Efeitos extrapatrimoniais da sucessã definitiva.....	191
1.9.	Teoria dos Direitos da Personalidade da Pessoa Humana.....	193
1.9.1.	Considerações preliminares.....	193
1.9.2.	Evoluçã dos direitos da personalidade – Origem histórica.....	194
1.9.3.	Conceito dos direitos da personalidade.....	197
1.9.4.	Objeto dos direitos da personalidade.....	199
1.9.5.	Fontes dos direitos de personalidade.....	200
1.9.6.	Características dos direitos da personalidade.....	202
1.9.6.1.	Indisponíveis e irrenunciáveis.....	202
1.9.6.2.	Absolutos.....	205
1.9.6.3.	Extrapatrimoniais.....	205
1.9.6.4.	Imprescritíveis.....	206
1.9.6.5.	Inatos.....	207
1.9.6.6.	Vitalícios e impenhoráveis.....	208
1.9.6.7.	Ampla tutela.....	208
1.9.7.	Direitos da personalidade, eficácia horizontal e liberdades públicas.....	212
1.9.8.	Direitos da personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos.....	215
1.9.9.	Classificaçã dos direitos da personalidade.....	215
1.9.9.1.	Classificaçã – Direito à vida e integridade física.....	216

1.9.9.1.1.	A questão dos transplantes.....	217
1.9.9.1.2.	A questão do transexual.....	218
1.9.9.1.3.	Cirurgias estéticas.....	220
1.9.9.1.4.	Esterilização.....	220
1.9.9.1.5.	Wannabes e experiência científica com pessoas humanas.....	221
1.9.9.1.6.	Integridade física e disposição de parte do corpo morto.....	221
1.9.9.1.7.	Intervenções cirúrgicas e princípio do consentimento informado.....	223
1.9.9.2.	Classificação dos direitos da personalidade – Direito ao nome..	224
1.9.9.2.1.	Alteração do prenome.....	226
1.9.9.2.2.	Alteração do sobrenome.....	229
1.9.9.2.3.	Tutela especial do nome.....	231
1.9.9.3.	Classificação dos direitos da personalidade – Integridade moral – Imagem e honra.....	233
1.9.9.4.	Classificação dos direitos da personalidade – Direito à intimidade e vida privada.....	238
1.10.	Pessoa Jurídica – Teoria Geral.....	248
1.10.1.	Noção Geral – Teoria Geral e Princípios.....	248
1.10.2.	Origem. Evolução da pessoa jurídica como conceito e sujeito de direito.....	254
1.10.3.	Existência e natureza da pessoa jurídica. Teorias.....	256
1.10.3.1.	Teoria da ficção legal.....	257
1.10.3.2.	Teoria da realidade objetiva ou orgânica.....	258
1.10.3.3.	Teoria da realidade técnica.....	258
1.10.3.4.	Teoria institucional.....	259
1.10.4.	Conceito de pessoa jurídica.....	260
1.10.5.	Requisitos ou pressupostos para a existência da pessoa jurídica. Aquisição da personalidade jurídica.....	261
1.10.6.	Personalidade e efeitos.....	262
1.10.6.1.	Responsabilidade civil da pessoa jurídica. No âmbito contratual e extracontratual.....	265
1.10.6.1.1.	Teoria ultra vires e teoria da aparência. Análise do art. 47 do CC em confronto com essas teorias...	267
1.10.6.1.2.	Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público.....	270
1.10.6.1.3.	Responsabilidade penal das pessoas jurídicas.....	274
1.10.7.	Pessoa jurídica. Direitos que decorrem da personalidade.....	277
1.10.8.	Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica no Código Civil.....	279
1.10.8.1.	Terminologia e conceito.....	280

1.10.8.2.	Evolução da teoria <i>disregard doctrine</i>	281
1.10.8.3.	Teoria maior e teoria menor da desconsideração	283
1.10.8.4.	Desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil – Art. 50	286
1.10.8.5.	A teoria da desconsideração da personalidade jurídica e a questão da responsabilidade direta dos administradores. Análise crítica	292
1.10.8.6.	O incidente da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica	295
1.10.9.	Modificação e extinção da pessoa jurídica	296
1.10.10.	Classificação das pessoas jurídicas	296
1.10.10.1.	Pessoas jurídicas de direito público externo e interno	296
1.10.10.1.1.	Autarquias, associações públicas e outras enti- dades de caráter público, criadas por lei	297
1.10.10.2.	Pessoas jurídicas de direito privado	301
1.10.10.2.1.	Associações	301
1.10.10.2.2.	Fundação privada	308
1.10.10.2.3.	Sociedades empresárias e simples	314
1.10.10.2.4.	Empresa individual de responsabilidade limita- da – Eireli	316
1.10.10.2.5.	Organizações religiosas	317
1.10.10.2.6.	Partidos políticos	317
1.10.10.3.	Entes despersonalizados	318
1.11.	Do Domicílio	319
1.11.1.	Considerações preliminares. Conceito de domicílio	319
1.11.1.1.	Elementos do domicílio, segundo a definição legal	320
1.11.1.2.	Domicílio da pessoa natural. Pluralidade	321
1.11.1.3.	Domicílio desvinculado da residência	322
1.11.2.	Mudança ou alteração do domicílio	322
1.11.3.	Domicílio necessário e legal	323
1.11.4.	Domicílio das pessoas jurídicas	324
1.11.5.	Domicílio de eleição	325
1.12.	Teoria dos Bens Jurídicos – Objeto de Direitos	327
1.12.1.	Sistematização dos bens no Código Civil	327
1.12.1.1.	Compreensão da Teoria dos Bens Jurídicos – Qual a justifica- tiva de uma classificação?	328
1.12.2.	Análise dos termos: Bem jurídico e coisa	331
1.12.3.	Definição de Bem Jurídico. Conceito	332
1.12.4.	Estrutura do objeto da relação jurídica	333

1.12.5.	Disciplina dos bens corpóreos e incorpóreos.....	334
1.12.6.	A questão do patrimônio	336
1.12.7.	Classificação dos bens no Código Civil – Bens em si considerados; Bens reciprocamente considerados e bens públicos e privados.....	341
1.12.7.1.	Os bens em si considerados.....	341
1.12.7.1.1.	Bens imóveis e bens móveis.....	341
1.12.7.1.2.	Bens fungíveis e infungíveis.....	349
1.12.7.1.3.	Bens consumíveis.....	352
1.12.7.1.4.	Bens divisíveis e Indivisíveis	353
1.12.7.1.5.	Bens singulares e coletivos	355
1.12.7.1.6.	Bens fora de comércio.....	357
1.12.7.2.	Os bens reciprocamente considerados.....	357
1.12.7.2.1.	Análise dos bens principais e acessórios. Características.....	358
1.12.7.2.2.	Pertenças. Conceito. Natureza e regime jurídico.....	365
1.12.8.	Bens públicos e bens privados.....	373
1.12.9.	Bem de família.....	377
1.13.	Teoria Geral do Fato Jurídico	378
1.13.1.	Noções preliminares	378
1.13.1.1.	Teoria do Fato Jurídico e os Planos da Existência, Validade e Eficácia	380
1.13.2.	Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo	381
1.13.2.1.	Fato Jurídico em sentido estrito	382
1.13.2.2.	Ato-fato jurídico	384
1.13.2.3.	Ações humanas – Lícitas (ato jurídico em sentido amplo) e ilícitas.....	387
1.13.2.3.1.	Ato jurídico em sentido estrito.....	388
1.13.2.3.2.	Teoria do negócio jurídico – Considerações preliminares	390
1.13.2.3.3.	Interpretação do negócio jurídico e o silêncio.....	405
1.14.	Teoria da Representação	423
1.14.1.	Noções preliminares	423
1.14.2.	Conceito de representação	423
1.14.3.	Representação própria e representação imprópria (interesses e interposição).....	425
1.14.4.	Representação aparente e a questão do poder na representação.....	427
1.14.5.	Espécies de representação – Legal e convencional.....	429
1.14.6.	Representação convencional e teoria da separação.....	433
1.14.7.	Representação e contrato consigo mesmo	435
1.14.8.	Conflito de interesses entre representante e representado.....	438

1.15.	Elementos Acidentais do Negócio Jurídico (Condição; Termo; e Cargo).....	439
1.15.1.	Considerações preliminares.....	439
1.15.2.	Condição – Arts. 121 a 130.....	440
1.15.2.1.	Condição e licitude – Condições ilícitas e proibidas.....	442
1.15.2.2.	Condição e possibilidade.....	443
1.15.2.3.	Condição – Modo de atuação – Suspensiva e resolutiva.....	445
1.15.3.	Termo.....	450
1.15.4.	Encargo – Arts. 136 e 137.....	451
1.16.	Teoria dos Defeitos do Negócio Jurídico.....	452
1.16.1.	Introdução.....	452
1.16.2.	Erro ou ignorância – Arts. 138 a 144 do CC.....	454
1.16.2.1.	Erro de direito.....	458
1.16.2.2.	Erro-vício e erro-obstáculo.....	460
1.16.2.3.	Erro e vício redibitório.....	461
1.16.2.4.	Erro e motivo – O problema do falso motivo.....	461
1.16.2.5.	Transmissão errônea da vontade.....	462
1.16.2.6.	Erro não prejudicial à validade do negócio.....	462
1.16.3.	Dolo – Arts. 145 a 150 do CC.....	463
1.16.3.1.	Dolo principal e dolo acidental.....	463
1.16.3.2.	Dolo positivo e dolo negativo.....	465
1.16.3.3.	Dolo do próprio interessado e dolo de terceiro.....	466
1.16.3.4.	Dolo do representante legal e convencional.....	467
1.16.3.5.	Dolo bilateral ou recíproco.....	467
1.16.4.	Coação – Arts. 151 a 155 do CC.....	467
1.16.4.1.	Coação exercida por terceiro.....	472
1.16.5.	Lesão – Art. 157 do CC.....	472
1.16.5.1.	Introdução.....	472
1.16.5.2.	Evolução e história da lesão até sua introdução na legislação civil.....	473
1.16.5.2.1.	Lesão no Código de Defesa do Consumidor.....	475
1.16.5.3.	Princípios e fundamentos da lesão.....	475
1.16.5.4.	Espécies de lesão.....	477
1.16.5.4.1.	Lesão civil – Art. 157 do CC.....	477
1.16.5.5.	Lesão e contratos aleatórios.....	480
1.16.5.6.	Efeitos da lesão e princípio da conservação ou preservação do negócio jurídico.....	482
1.16.5.7.	Momento da lesão.....	484
1.16.6.	Estado de perigo – Art. 156 do CC.....	484

1.16.7.	Fraude contra credores – Art. 158 a 165 do CC	488
1.16.7.1.	Considerações preliminares	488
1.16.7.2.	Elementos da fraude contra credores (subjetivo e objetivo)	489
1.16.7.2.	Elementos da fraude e natureza dos negócios jurídicos	490
1.16.7.3.	Preservação do negócio jurídico em que se caracteriza a fraude	492
1.16.7.4.	Questão da legitimidade. A quem aproveita a anulação dos negócios fraudulentos e quem tem legitimidade para pedir a anulação?	493
1.16.7.5.	Processo e ação pauliana – Efeitos da ação pauliana	495
1.16.7.6.	Presunção de boa-fé em relação a atos e negócios praticados por devedor insolvente	497
1.16.7.7.	Casos específicos de fraude	498
1.16.7.8.	Fraude à execução e fraude contra credores – Breves considerações	498
1.17.	Teoria Geral da Invalidade do Negócio Jurídico	500
1.17.1.	Considerações preliminares	500
1.17.2.	Espécies de invalidade – Ato e negócio nulo e anulável – Nulidade e Anulação – Regimes jurídicos	503
1.17.2.1.	Ato ou negócio jurídico nulo – Regime jurídico	504
1.17.2.1.1.	Hipóteses legais de nulidade	504
1.17.2.2.	Simulação	507
1.17.2.2.1.	Considerações preliminares – Introdução	507
1.17.2.2.2.	Conceito de simulação	508
1.17.2.2.3.	Espécies de simulação	509
1.17.2.2.4.	Legitimidade	511
1.17.2.2.5.	Simulação objetiva e subjetiva e casos específicos de simulação	512
1.17.2.2.6.	Tutela aos interesses de terceiro de boa-fé	513
1.17.2.2.7.	Simulação e reserva mental	514
1.17.2.3.	Legitimidade para arguir a nulidade e reconhecimento de ofício	514
1.17.2.4.	Confirmação e convalidação do negócio nulo pelo decurso do tempo	515
1.17.2.5.	“Conversão” do negócio jurídico nulo	517
1.17.2.6.	Resumo do regime das nulidades	520
1.17.3.	Ato ou negócio jurídico anulável – Regime jurídico	520
1.17.3.1.	Hipóteses legais de anulação	520
1.17.3.2.	Legitimidade para anulação e possibilidade de reconhecimento de ofício	522

1.17.3.3.	Confirmação ou convalidação do ato ou negócio jurídico anulável.....	522
1.17.3.4.	Prazo para o legitimado requerer a anulação.....	524
1.17.3.5.	Convalidação do ato ou negócio pela autorização posterior de terceiro.....	525
1.17.4.	Invalidade do instrumento e invalidade parcial (redução do negócio jurídico).....	526
1.17.5.	Efeitos do negócio nulo e anulável – Nulidade de pleno direito e tutela dos interesses de terceiros de boa-fé.....	527
1.18.	Teoria do Ato Ilícito e Abuso de Direito	529
1.18.1.	Considerações preliminares sobre o ato ilícito.....	529
1.18.2.	Ato ilícito – Elementos – Art. 186.....	533
1.18.2.1.	Nexo de causalidade, Dano e responsabilidade civil	535
1.18.2.2.	Conclusão do ato ilícito	536
1.18.3.	“Diferença” entre responsabilidade civil contratual e responsabilidade civil extracontratual.....	538
1.18.4.	Ato ilícito objetivo como fonte de responsabilidade civil.....	538
1.18.5.	Teoria do abuso de direito e ilícito objetivo	539
1.18.5.1.	A questão da boa-fé objetiva e da culpa na teoria do abuso de direito	542
1.18.5.2.	Casos específicos de abuso de direito.....	543
1.18.5.3.	Proibição do comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>), <i>supressio</i> (<i>Verwirkung</i>), <i>surrectio</i> (<i>Erwirkung</i>) e <i>tu quoque</i>	545
1.18.5.3.1.	<i>Supressio</i> – <i>Surrectio</i> – <i>Tu quoque</i>	547
1.18.5.3.2.	Resumo Abuso de Direito	550
1.18.6.	Causas excludentes da ilicitude (atos lícitos).....	550
1.19.	Prescrição e Decadência.....	552
1.19.1.	Considerações preliminares. Conceito de prescrição e decadência.....	552
1.19.2.	Prescrição	554
1.19.2.1.	Requisitos para a caracterização da prescrição.....	558
1.19.2.2.	Exceção e prescrição	559
1.19.2.3.	Prescrição e renúncia.....	559
1.19.2.4.	Prazo de prescrição e alteração	562
1.19.2.5.	Prescrição e momento para alegação	563
1.19.2.6.	Prescrição e responsabilidade civil em favor dos assistidos e da pessoa jurídica	564
1.19.2.7.	Prescrição e sucessão.....	565
1.19.2.8.	Causas impeditivas e suspensivas da prescrição.....	566
1.19.2.9.	Causas interruptivas da prescrição e prescrição intercorrente.....	573

1.19.2.9.1.	Legitimidade para interromper a prescrição e efeitos da interrupção da prescrição.....	578
1.19.2.10.	Prazos de prescrição.....	579
1.19.3.	Decadência.....	586
1.20.	Prova do Negócio Jurídico.....	589
1.20.1.	Considerações preliminares.....	589
1.20.2.	Meios de prova do fato jurídico.....	590
1.20.2.1.	Confissão.....	591
1.20.2.2.	Documento.....	592
1.20.2.3.	Testemunhas.....	595
1.20.2.4.	Presunções.....	596
1.20.2.5.	Perícia.....	597
2.	TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES.....	599
2.1.	Introdução ao Direito das Obrigações.....	600
2.1.1.	Noções gerais.....	600
2.1.2.	Obrigações e novos horizontes.....	603
2.1.3.	Direito das obrigações sob a perspectiva constitucional.....	605
2.1.4.	Características do direito das obrigações no novo sistema civil pautado em princípios.....	607
2.1.5.	Obrigações como um processo.....	608
2.2.	Obrigações: Estrutura, Conceito e Características.....	609
2.2.1.	Conceito de obrigação no sentido técnico jurídico.....	609
2.2.2.	Definições doutrinárias sobre obrigação.....	613
2.2.3.	Elementos essenciais e estruturais da obrigação (elementos constitutivos da obrigação).....	613
2.2.3.1.	Elemento subjetivo.....	613
2.2.3.2.	Elemento objetivo.....	614
2.2.3.3.	Vínculo jurídico.....	616
2.2.3.4.	Elementos essenciais e estruturais da obrigação (sujeitos, prestação e vínculo jurídico), agregados aos valores sociais constitucionais que integram o conteúdo da relação obrigacional material.....	617
2.2.4.	Obrigações e deveres morais.....	617
2.2.5.	A questão da prisão civil como consequência do não cumprimento da obrigação.....	618
2.2.6.	Superação da dicotomia clássica entre o direito das obrigações e os direitos reais (situações híbridas).....	621
2.2.6.1.	Situações híbridas.....	623
2.2.6.1.1.	Obrigações <i>propter rem</i>	623

	2.2.6.1.2.	Ônus reais	623
	2.2.6.1.3.	Obrigações com eficácia real	624
2.2.7.		Obrigações <i>Propter Rem</i>	624
2.2.8.		A relação das obrigações com os direitos da personalidade	626
2.2.9.		Fontes das obrigações	628
2.2.10		Modalidades das Obrigações: Quanto ao Objeto	629
	2.2.10.1.	Introdução	629
2.3.		Obrigação de dar coisa certa	631
	2.3.1.	Considera�es Preliminares	631
	2.3.2.	Conceito e Características da Obriga�o de Dar Coisa Certa	632
	2.3.3.	Perda ou deteriora�o do objeto da presta�o de dar coisa certa	634
	2.3.3.1.	Perda (perecimento) da coisa na obriga�o de dar propriamente dita	635
	2.3.3.2.	Deteriora�o (perecimento parcial) da coisa na obriga�o de dar propriamente dita	636
	2.3.3.3.	A questão da tradi�o, dos melhoramentos e acrescidos nas obriga�es de dar propriamente ditas (transferência de domínio ou transmissão de posse)	637
	2.3.3.4.	Perda (perecimento) da coisa na obriga�o de dar que implica restitu�o	639
	2.3.3.5.	Deteriora�o (perecimento parcial) da coisa na obriga�o de dar que implica restitu�o	640
	2.3.3.6.	Melhoramentos na coisa objeto da presta�o na obriga�o de restituir	640
2.4.		Obriga�o de dar coisa incerta	642
	2.4.1.	Considera�es preliminares	642
	2.4.1.1.	Conceito e características da obriga�o de dar coisa incerta	643
2.5.		Obriga�o de Fazer	645
	2.5.1.	Obriga�o de Fazer – característica. Fung�veis e personalíssimas	646
	2.5.2.	Consequências do inadimplemento da obriga�o de fazer, fungível e infungível	648
2.6.		Obriga�o de Não Fazer	650
	2.6.1.	Obriga�o de Não Fazer e inadimplemento	650
	2.6.2.	Obriga�o de Não Fazer e teoria da mora	651
2.7.		Classifica�o das Obriga�es sob a perspectiva da pluralidade de presta�es ou de sujeitos: Objetiva e Subjetiva	652
	2.7.1.	Introdu�o sobre a classifica�o das obriga�es – Em rela�o � unicidade ou pluralidade do objeto (simples e complexas) e � pluralidade dos sujeitos	652
	2.7.2.	Classifica�o em rela�o ao objeto	653

2.7.2.1.	Obrigação complexa cumulativa	653
2.7.2.2.	Obrigação complexa alternativa (ou disjuntiva)	653
2.7.2.2.1.	Escolha	654
2.7.2.2.2.	Obrigações alternativas e impossibilidade das prestações.....	656
2.7.2.3.	Obrigações complexas facultativas.....	658
2.7.3.	Classificação em relação aos sujeitos.....	659
2.7.3.1.	Obrigação fracionária	659
2.7.3.1.1.	Obrigações solidárias.....	660
2.7.3.1.2.	Obrigações disjuntivas.....	660
2.7.3.2.	Disciplina jurídica das obrigações solidárias.....	661
2.7.3.2.1.	Solidariedade e presunção	663
2.7.3.2.2.	Solidariedade ativa	664
2.7.3.2.3.	Solidariedade passiva.....	668
2.7.3.3.	Disciplina jurídica das obrigações divisíveis e indivisíveis.....	676
2.7.3.3.1.	Indivisibilidade e conseq�ncias: pluralidade de devedores ou de credores	678
2.7.3.3.2.	Diferen�as entre solidariedade e indivisibilidade ...	680
2.8.	Classificação das Obrigações Quanto ao Conteúdo e � Exigibilidade.....	681
2.8.1.	Introdução	681
2.8.2.	Obrigações de meio, resultado e garantia	681
2.8.2.1.	Obrigação de “meio”.....	681
2.8.2.2.	Obrigação de “resultado”	682
2.8.2.3.	Obrigação de garantia.....	682
2.8.3.	Obrigações civis e obrigações judicialmente inexigíveis	683
2.8.4.	Obrigações principais e acessórias, líquidas e ilíquidas.....	684
2.8.4.1.	Principais e acessórias	684
2.8.4.2.	Líquidas e ilíquidas	685
2.8.5.	Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada; Obrigações simples, condicionais, a termo e modais.....	685
2.9.	Transmissão das Obrigações – Cessão de Crédito e Assunção de D�vida	686
2.9.1.	Introdução	686
2.9.2.	Cessão de crédito	687
2.9.2.1.	Conceito e noções gerais	687
2.9.2.2.	Restrições � cessão de crédito.....	688
2.9.2.2.1.	Cessão parcial ou total e cessão de acessórios.....	690
2.9.2.2.2.	Cessão e formalidade.....	690
2.9.2.2.3.	Cessão: natureza jurídica e objeto	692

	2.9.2.2.4.	Cessão de crédito e a figura do “devedor” cedido... 694	694	
	2.9.2.2.5.	Cessão de crédito e oponibilidade das exceções pessoais	696	
	2.9.2.2.6.	Cessão de crédito e responsabilidade do cedente: cessão onerosa e gratuita.....	697	
	2.9.2.2.7.	Cessão civil de crédito e a circulação por meio dos títulos de crédito	699	
	2.9.2.2.8.	Resumo	699	
2.9.3.		Cessão de débito ou assunção de dívida	700	
	2.9.3.1.	Introdução	700	
	2.9.3.2.	Conceito e características da assunção de obrigação	701	
	2.9.3.3.	Natureza jurídica da assunção de dívida	702	
	2.9.3.4.	Assunção de dívida: modalidades e dinamismo	703	
		2.9.3.4.1. Assunção cumulativa	703	
		2.9.3.4.2. Assunção liberatória.....	705	
	2.9.3.5.	Assunção de dívida e a questão da extinção das garantias (restrita à assunção liberatória).....	707	
	2.9.3.6.	Substituição do devedor e invalidação da assunção	708	
	2.9.3.7.	Assunção e exceções pessoais a serem opostas ao credor pelo novo devedor	709	
	2.9.3.8.	Assunção e aquisição de imóvel hipotecado.....	710	
	2.9.3.9.	Diferença entre a cessão de contrato e os modos tradicionais de transmissão de obrigações (cessão de crédito e assunção de dívida)	712	
2.10.		Teoria do Adimplemento	713	
	2.10.1.	Introdução. Pressupostos subjetivos e objetivos do pagamento.....	713	
		2.10.1.1. Introdução	713	
		2.10.1.2. Natureza jurídica do adimplemento	715	
		2.10.1.3. Teoria do adimplemento substancial	716	
		2.10.1.4. Pressupostos subjetivos e objetivos para eficácia do adimplemento.....	717	
			2.10.1.4.1. Pressupostos subjetivos	717
			2.10.1.4.2. Pressupostos objetivos	725
	2.10.2.	Pagamento indireto ou especial: Modalidades: Consignação em pagamento. Sub-rogação. Dação em pagamento. Imputação de pagamento. Novação. Compensação. Remissão	753	
		2.10.2.1. Introdução	753	
		2.10.2.2. Consignação em pagamento	755	
			2.10.2.2.1. Introdução e conceito	755
			2.10.2.2.2. Natureza jurídica da consignação.....	756

2.10.2.2.3.	Direito subjetivo de consignar e obrigação como processo.....	756
2.10.2.2.4.	Objeto a ser consignado e consignação judicial e extrajudicial.....	757
2.10.2.2.5.	Pressupostos para eficácia da consignação e sua equiparação a pagamento.....	759
2.10.2.2.6.	Pressupostos objetivos e subjetivos para a equiparação da consignação a pagamento.....	760
2.10.2.2.7.	Consignação e prazo.....	763
2.10.2.2.8.	Consignação e lugar.....	763
2.10.2.2.9.	Hipóteses legais de consignação (ausência de cooperação ou segurança).....	764
2.10.2.2.10.	Consequência da consignação e efeitos do depósito.....	767
2.10.2.2.11.	Depósito e questões processuais relevantes.....	768
2.10.2.3.	Pagamento com sub-rogação.....	773
2.10.2.3.1.	Introdução.....	773
2.10.2.3.2.	Natureza jurídica da sub-rogação e efeitos.....	773
2.10.2.3.3.	Espécies de sub-rogação.....	776
2.10.2.3.4.	Principal efeito da sub-rogação legal e da convencional.....	781
2.10.2.3.5.	Limites da sub-rogação e caráter especulativo.....	782
2.10.2.3.6.	Sub-rogação parcial.....	783
2.10.2.4.	Imputação de pagamento.....	784
2.10.2.4.1.	Introdução.....	784
2.10.2.4.2.	Requisitos para a imputação de pagamento.....	785
2.10.2.4.3.	Espécies de imputação.....	788
2.10.2.5.	Dação em pagamento.....	789
2.10.2.5.1.	Introdução.....	789
2.10.2.5.2.	Requisitos da dação em pagamento.....	790
2.10.2.5.3.	Dação em pagamento e dação em cumprimento..	791
2.10.2.5.4.	Dação em pagamento e compra e venda.....	791
2.10.2.5.5.	Dação em pagamento e títulos de crédito.....	792
2.10.2.5.6.	Dação em pagamento e evicção.....	792
2.10.2.6.	Novação.....	793
2.10.2.6.1.	Introdução.....	793
2.10.2.6.2.	Conceito.....	793
2.10.2.6.3.	Requisitos para a caracterização da novação.....	794
2.10.2.6.4.	Espécies de novação.....	798
2.10.2.6.5.	Efeitos da novação.....	800

2.10.2.7.	Compensação.....	801
2.10.2.7.1.	Introdução	801
2.10.2.7.2.	Espécies de compensação.....	802
2.10.2.7.3.	Pressupostos para a compensação legal.....	803
2.10.2.7.4.	Impossibilidade da compensação legal devido à causa.....	806
2.10.2.7.5.	Regras especiais sobre a compensação.....	807
2.10.2.8.	Confusão	808
2.10.2.9.	Remissão	809
2.10.2.9.1.	Requisitos para a remissão	810
2.10.2.9.2.	Formalidades da remissão	810
2.10.2.9.3.	Remissão expressa e tácita, gratuita e onerosa.....	810
2.10.2.9.4.	Remissão limitada à garantia da dívida	811
2.10.2.9.5.	Remissão e solidariedade.....	811
2.11.	Teoria do Inadimplemento – Parte I.....	811
2.11.1.	O inadimplemento e a obrigação como processo.....	811
2.11.2.	A questão da obrigação e os deveres jurídicos.....	812
2.11.3.	A teoria do inadimplemento e o ato ilícito.....	813
2.11.3.1.	A questão do ilícito contratual ou do inadimplemento.....	813
2.11.4.	O inadimplemento e a causa: a questão da imputabilidade.....	815
2.11.5.	Espécies de Inadimplemento	816
2.11.5.1.	Inadimplemento absoluto; relativo (teoria da mora) e violação positiva do contrato (princípio da boa-fé objetiva).....	816
2.11.5.2.	Inadimplemento absoluto	818
2.11.5.3.	Inadimplemento relativo.....	820
2.11.5.3.1.	Conceito e caracterização da mora e a <i>mora solvendi</i> (devedor).....	821
2.11.5.3.2.	Exigibilidade da prestação e constituição em mora.....	824
2.11.5.3.3.	Efeitos da mora do devedor ou <i>mora solvendi</i>	826
2.11.5.3.4.	Mora do credor ou <i>mora accipiendi</i> : caracterização e efeitos	829
2.11.5.3.5.	Purgação e cessação da mora.....	831
2.11.5.4.	O inadimplemento imputável e o inadimplemento fortuito.....	831
2.11.5.5.	A violação positiva do contrato como espécie do gênero inadimplemento.....	834
2.12.	Teoria do Inadimplemento – Parte II.....	836
2.12.1.	Introdução	836
2.12.2.	Perdas e danos: noção geral.....	837

2.12.2.1.	Elementos constitutivos das perdas e danos: dano emergente e lucro cessante – dano material ou dano patrimonial.....	839
2.12.2.2.	A teoria da perda de uma chance	841
2.12.2.3.	As perdas e danos e as obrigações de prestar dinheiro: disciplina específica	844
2.12.2.4.	Dano moral: conceito	845
2.12.2.4.1.	Dano moral decorrente de inadimplemento contratual.....	846
2.12.2.4.2.	Cumulação do dano moral com dano material	847
2.12.2.4.3.	Dano moral e dano estético	848
2.12.2.4.4.	Dano moral e pessoa jurídica	849
2.12.2.4.5.	Dano moral coletivo: possibilidade?	849
2.12.2.4.6.	Arbitramento e finalidade do dano moral – critérios e requisitos	851
2.12.2.4.7.	O dano moral por abandono socioafetivo.....	853
2.12.3.	As perdas e danos e as teorias sobre nexos de causalidade	855
2.12.3.1.	A questão da solidariedade na responsabilidade contratual	860
2.12.4.	A teoria dos juros de mora de mora no Código Civil	861
2.12.4.1.	Os juros e a questão da prova do prejuízo.....	863
2.12.4.2.	Juros moratórios e incidência.....	864
2.12.5.	A teoria da cláusula penal: conceito e introdução	865
2.12.5.1.	Introdução	865
2.12.5.2.	Natureza jurídica da cláusula penal.....	866
2.12.5.2.1.	Caráter acessório da cláusula penal	867
2.12.5.3.	Hipótese de incidência da cláusula penal – A questão da culpa	869
2.12.5.4.	Cláusula penal – Inadimplemento absoluto e relativo – Total e parcial.....	870
2.12.5.5.	Cláusula penal – Espécies – Compensatória e moratória	871
2.12.5.5.1.	Cláusula penal compensatória.....	871
2.12.5.5.2.	Cláusula penal moratória	873
2.12.5.6.	Limites da cláusula penal	874
2.12.5.7.	Redução equitativa e a função social da cláusula penal.....	877
2.12.5.8.	Cláusula penal e a divisibilidade ou indivisibilidade da obrigação	881
2.12.5.9.	Cláusula penal e vinculação a prejuízo	882
2.12.5.10	Cláusula penal e indenização suplementar.....	882
2.12.5.11	Cláusula penal e institutos afins	884
2.12.6.	Arras.....	886
2.12.6.1.	Introdução	886
2.12.6.2.	Espécies de arras: confirmatórias e penitenciais	887

2.12.6.3.	Crítica à classificação tradicional	891
2.12.6.3.1	– Resumo da diferença entre cláusula penal e arras	892
2.12.6.4.	Incorporação Imobiliária e Teoria do Inadimplemento – Inovações da lei n.º 13.786/2018. - Introdução.....	893
2.13.	Teoria da Responsabilidade Civil.....	902
2.13.1.	Introdução	902
2.13.1.1.	“Modalidades” ou “Espécies” de responsabilidade civil.....	903
2.13.1.2.	Fonte, origem e causa (que decorram da conduta humana) – responsabilidade civil negocial ou extranegocial.....	904
2.13.1.3.	Responsabilidade Subjetiva e Objetiva (Noção Geral)	905
2.13.1.4.	Nexo de causalidade.....	907
2.13.1.5.	Teoria dos Danos (sistematizada) – Danos Patrimoniais e Extrapatrimoniais (moral, imagem, estético e existencial)	909
2.13.2.	A cláusula geral da responsabilidade civil	913
2.13.3.	A reponsabilidade civil do incapaz.....	916
2.13.4.	A indenização em favor de terceiro inocente no caso de ato ilícito	917
2.13.5.	Responsabilidade civil e empresas e empresários individuais	918
2.13.6.	Responsabilidade civil por fato de terceiro ou de outrem	918
2.13.7.	Responsabilidade civil e criminal	920
2.13.8.	Responsabilidade civil pelo fato da coisa.....	921
2.13.9.	Responsabilidade civil pela cobrança de dívida paga ou vincenda	922
2.13.10.	Responsabilidade patrimonial e solidária dos autores e responsáveis	922
2.13.11.	A transmissão da responsabilidade civil para os herdeiros	923
2.13.12.	Regras sobre liquidação do dano: Indenização	923
3.	TEORIA GERAL DOS CONTRATOS	929
3.1.	Noções Gerais sobre Contrato. Conceito e Evolução Histórica	930
3.1.1.	Noções gerais do contrato – Considerações preliminares	930
3.1.2.	Contrato e teoria geral do fato jurídico.....	931
3.1.3.	Contrato e negócio jurídico.....	932
3.1.4.	Autonomia da vontade e autonomia privada (relevância para a teoria contratual)	933
3.1.5.	Contrato – Conceito e evolução histórica	933
3.1.5.1.	Modelo romano de contrato (tentativa de superação das formalidades)	934
3.1.5.2.	Modelo do contrato na Idade Média – Contrato medieval.....	935
3.1.5.3.	Modelo liberal – contrato (consagração do consensualismo).....	937
3.1.5.4.	Modelo – Estado social e democrático – Contrato	940
3.2.	Princípios Contratuais – Clássicos e Contemporâneos	944
3.2.1.	Introdução	944
3.2.2.	Autonomia da vontade	945
3.2.3.	Obrigatoriedade (<i>pacta sunt servanda</i>)	947

3.2.4.	Relatividade dos contratos	949
3.2.5.	Princípio do consensualismo	950
3.2.6.	Princípios contemporâneos (Função social dos contratos e boa-fé objetiva – tutela da confiança)	950
3.2.6.1.	Contrato e o princípio da função social	950
3.2.6.2.	A função social como causa do contrato	954
3.2.6.3.	A função social e os limites à autonomia privada	954
3.2.6.4.	A função social e a sua relação com os princípios clássicos	956
3.2.6.5.	Função social: eficácia interna e externa do contrato	957
3.2.6.5.1.	Interesses transindividuais	959
3.2.6.5.2.	Terceiro ofendido	959
3.2.6.5.3.	Terceiro ofensor	961
3.2.6.6.	Princípio da boa-fé objetiva e tutela da confiança como direito fundamental	963
3.2.6.7.	<i>Duty to mitigate the own loss</i>	967
3.2.6.8.	Princípio do equilíbrio contratual ou equivalência material	968
3.3.	Formação dos Contratos Paritários. Fases de Formação	969
3.3.1.	Formação dos contratos – Considerações preliminares	969
3.3.1.1.	Negociações preliminares	971
3.3.1.2.	Proposta	972
3.3.1.2.1.	Requisitos da proposta	973
3.3.1.2.2.	Proposta ao público	973
3.3.1.3.	Proposta e vinculação: regras e exceções	975
3.3.1.3.1.	A questão da morte do proponente antes da resposta	977
3.3.1.4.	Aceitação	978
3.3.1.4.1.	Aceitação sem eficácia jurídica	979
3.3.1.4.2.	Retratação do aceitante	980
3.3.1.4.3.	Aceitação e contrato entre ausentes	981
3.3.1.5.	Lugar da celebração do contrato	983
3.4.	Classificação Tradicional dos Contratos	984
3.4.1.	Classificação dos contratos quanto à formação ou ao momento de aperfeiçoamento	984
3.4.1.1.	Contratos consensuais, formais e reais	984
3.4.2.	Classificação dos contratos quanto aos efeitos (direitos e deveres das partes)	989
3.4.2.1.	Contrato bilateral	989
3.4.2.2.	Contrato unilateral	990
3.4.2.3.	Contrato bilateral imperfeito	991
3.4.2.4.	Distinção entre contratos bilaterais e unilaterais – Relevância	992

3.4.3.	Classificação dos contratos quanto à reciprocidade de vantagens e sacrifícios: contratos onerosos e gratuitos ou benéficos	994
3.4.4.	Classificação dos contratos quanto à previsão do resultado: contratos comutativos e aleatórios	996
3.4.4.1.	Contratos comutativos.....	996
3.4.4.2.	Contratos aleatórios	997
3.4.4.2.1.	Contratos aleatórios e origem.....	999
3.4.4.2.2.	Contratos aleatórios e as disposições da teoria geral dos contratos.....	999
3.4.4.2.3.	Assunção de risco pela existência de coisa ou fato futuro.....	999
3.4.4.2.4.	Assunção de risco pela quantidade de coisa futura	1000
3.4.4.2.5.	Contrato aleatório e risco pela existência de coisa atual	1001
3.4.4.2.6.	Questões relevantes sobre os contratos comutativos e aleatórios.....	1002
3.4.5.	Classificação dos contratos quanto ao método de contratação: contratos paritários e contratos de adesão.....	1003
3.4.6.	Contratos típicos e atípicos (classificação quanto à previsão legal)	1006
3.4.7.	Contratos principais e acessórios (ao modo por que existem).....	1008
3.4.8.	Contratos pessoais (ou intuito <i>personae</i>) e impessoais.....	1008
3.4.9.	Contratos solenes e não solenes (classificação quanto à forma).....	1010
3.4.10.	Contratos instantâneos e de longa duração (classificação quanto ao momento de execução).....	1011
3.4.11.	Contratos de consumo.....	1013
3.5.	Classificação Contemporânea dos Contratos.....	1017
3.5.1.	Contrato com pessoa a declarar: considerações preliminares	1017
3.5.2.	Contrato com pessoa a declarar ou da cláusula de reserva	1018
3.5.2.1.	Formalidade da nomeação.....	1019
3.5.2.2.	Eficácia retroativa da nomeação do terceiro.....	1020
3.5.2.3.	Eficácia do contrato apenas entre os contratantes originários..	1022
3.5.3.	Contrato tipo	1022
3.5.4.	Contratos individuais, coletivos e acordos normativos.....	1023
3.5.5.	Contratos coativos e necessários	1024
3.5.6.	Contratos relacionais e contratos cativos.....	1025
3.5.7.	Contratos derivados.....	1027
3.5.8.	Contratos mistos e coligados.....	1029
3.5.9.	Contratos existenciais e comunitários.....	1033
3.5.10.	Contratos ilícitos	1034
3.6.	Contrato Preliminar – Promessa de Contrato	1034

3.6.1.	Introdução e considerações preliminares: Evolução histórica e regulamentação no ordenamento jurídico brasileiro	1034
3.6.1.1.	Contrato preliminar e contrato definitivo	1036
3.6.1.2.	Contrato preliminar e natureza jurídica	1036
3.6.1.3.	Definição de contrato preliminar	1037
3.6.1.4.	Objeto	1037
3.6.1.5.	Contrato preliminar e negociações preliminares	1038
3.6.1.6.	Pressupostos e requisitos	1038
3.6.1.7.	A questão do contrato preliminar e registro	1040
3.6.1.8.	O registro e a questão do disposto no art. 1.418 do CC	1041
3.6.1.9.	Modalidades: contrato preliminar bilateral e contrato preliminar unilateral	1043
3.6.1.10.	Efeitos jurídicos: adimplemento e inadimplemento	1043
3.7.	Relatividade dos Contrato – Estipulação e Promessa em Favor de Terceiro	1046
3.7.1.	Considerações preliminares	1046
3.7.2.	Estipulação em favor de terceiro	1048
3.7.2.1.	Introdução	1048
3.7.2.2.	Natureza jurídica	1049
3.7.2.2.1.	Teoria da oferta	1049
3.7.2.2.2.	Teoria da gestão de negócios	1049
3.7.2.2.3.	Teoria da declaração unilateral	1050
3.7.2.2.4.	Teoria do contrato <i>sui generis</i>	1050
3.7.2.3.	O Código Civil e a estipulação em favor de terceiro: características do instituto	1051
3.7.2.4.	Contratos que podem caracterizar estipulação em favor de terceiro	1053
3.7.3.	Promessa de fato de terceiro	1054
3.7.3.1.	Introdução	1054
3.7.3.2.	Natureza jurídica	1054
3.7.3.3.	Estrutura jurídica da promessa de fato de terceiro	1055
3.7.3.4.	Hipótese especial de exclusão da responsabilidade do promitente	1058
3.8.	Contratos e Garantias Legais. Teoria dos Vícios Redibitórios e Teoria da Evicção	1058
3.8.1.	Teoria dos vícios redibitórios	1058
3.8.1.1.	Considerações preliminares	1058
3.8.1.2.	Fundamento dos vícios redibitórios e da garantia. Natureza jurídica do instituto	1059
3.8.1.3.	Elementos constitutivos e conceito de vício redibitório	1060

3.8.1.4.	Ciência do contratante/alienante a respeito do vício e consequência	1066
3.8.1.5.	Efeitos dos vícios redibitórios: ações edilícias	1068
3.8.1.6.	A questão dos vícios redibitórios relativos às coisas adquiridas em hasta pública	1068
3.8.1.7.	Prazos de decadência legal para as ações edilícias	1069
3.8.1.8.	Prazos de garantia e de decadência convencional	1073
3.8.1.9.	Vícios redibitórios: dispositivos específicos.....	1074
3.8.1.10.	Vícios redibitórios no CC e no CDC	1075
3.8.1.11.	Diferença entre erro e vício redibitório	1077
3.8.2.	Evicção	1077
3.8.2.1.	Considerações preliminares	1077
3.8.2.2.	Evicção e teoria geral do contrato (a questão dos contratos onerosos e o contrato de compra e venda).....	1078
3.8.2.3.	Contorno jurídico da evicção.....	1079
3.8.2.4.	Questão da posse originária e da posse derivada (posse civil e natural) e sua relação com a evicção.....	1080
3.8.2.5.	Conceito e requisitos essenciais para a consumação da evicção	1082
3.8.2.6.	A questão da responsabilidade civil do alienante e a cláusula de não indenizar.....	1085
3.8.2.7.	Responsabilidade do alienante e deterioração da coisa	1088
3.8.2.8.	Evicção e benfeitorias	1089
3.8.2.9.	Espécies de evicção: evicção total e parcial.....	1090
3.8.2.10.	Evicção expropriatória e hasta pública	1091
3.8.2.11.	Aspectos processuais da evicção	1092
3.8.2.12.	Evicção lícita e evicção invertida	1093
3.8.2.13.	Evicção reivindicatória (resulta de sentença), expropriatória e resolutória (aquisição do vendedor se resolve por estar subordinada a uma condição resolutiva). A evicção no direito sucessório. A evicção e dação em pagamento. A evicção na doação. A evicção no contrato de transação. A evicção no direito empresarial.....	1094
3.9.	Extinção dos Contratos	1095
3.9.1.	Introdução – Causas de extinção dos contratos	1095
3.9.2.	Causas de extinção.....	1096
3.9.2.1.	Adimplemento.....	1096
3.9.2.2.	Outras causas de extinção (a título de exemplo): arrependimento; falecimento do contratante; invalidade; extinção por vício redibitório; condição, resilição e resolução.....	1097
3.9.2.3.	Resilição.....	1100

3.9.2.4.	Resolução.....	1106
3.9.2.5.	Conexão entre inadimplemento e cláusula resolutiva (expressa e tácita)	1111
3.9.2.5.1.	Resolução por onerosidade excessiva: teoria da imprevisão	1116

4. CONTRATOS EM ESPÉCIE 1123

4.1.	Contrato de Compra e Venda	1125
4.1.1.	Conceito e Características	1125
4.1.2.	Elementos do contrato de compra e venda	1127
4.1.2.1.	Elementos constitutivos do contrato de compra e venda: coisa, preço e consenso	1127
4.1.2.2.	Objeto do contrato de compra e venda	1128
4.1.3.	Compra e venda: Regra especial qual se realiza à vista de amostras, protótipos ou modelos	1128
4.1.4.	Compra e venda e fixação do preço sob a responsabilidade de terceiro.....	1129
4.1.4.1.	Arbitramento do preço pelo terceiro e formação do contrato... ..	1129
4.1.5.	Compra e venda e preço: disposição específica	1130
4.1.6.	Nulidade do contrato de compra e venda em razão de cláusula puramente potestativa.....	1131
4.1.7.	Responsabilidade pelas despesas no contrato de compra e venda.....	1132
4.1.8.	Contrato de compra e venda à vista	1132
4.1.9.	Compra e venda e a responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	1133
4.1.10.	Insolência do comprador e possibilidade de sobrestamento da entrega da coisa	1134
4.1.11.	Restrições ao consentimento no contrato de compra e venda	1135
4.1.11.1.	Venda de ascendente para descendente	1135
4.1.11.2.	Compra e venda entre cônjuges	1137
4.1.11.3.	As restrições dos arts. 497 e 498 do CC – Compra e venda entre pessoas que administram bens alheios	1137
4.1.11.4.	Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	1139
4.1.11.5.	Responsabilidade por débitos pendentes e a questão dos vícios redibitórios em caso de venda de coisas em conjunto (arts. 502 e 503 do CC)	1141
4.1.11.6.	Regra especial para a venda de bem indivisível que está em regime de condomínio	1142
4.1.12.	Cláusulas Especiais do contrato de compra e venda	1144
4.1.12.1.	Pacto de retrovenda.....	1144

4.1.12.1.1.	Consequência da recusa do comprador em receber as quantias para viabilizar o resgate pelo vendedor.....	1145
4.1.12.1.2.	Cessão e transferência do direito de retrato	1145
4.1.12.1.3.	Direito de retrato entre condôminos	1146
4.1.12.2.	Venda a contento e venda sujeita à prova.....	1146
4.1.12.3.	Preempção ou preferência convencional.....	1149
4.1.12.3.1.	A questão do condomínio e o direito de prelação em favor de mais de uma pessoa.....	1151
4.1.12.3.2.	As consequências da violação do direito de preferência.....	1151
4.1.12.3.3.	O direito de preferência nas desapropriações.....	1152
4.1.12.3.4.	Caráter personalíssimo do direito de preempção.....	1153
4.1.12.4.	Da venda com reserva de domínio.....	1154
4.1.12.4.1.	Formalização do pacto.....	1155
4.1.12.4.2.	A transferência da propriedade e os riscos assumidos pelo comprador.....	1156
4.1.12.4.3.	Consequências do inadimplemento do comprador.....	1156
4.1.12.4.4.	Intervenção de instituição financeira	1157
4.1.12.5.	Venda sob documentos (arts. 529 a 532 do CC)	1158
4.2.	Contrato de Troca ou Permuta	1159
4.2.1.	Conceito e Características	1159
4.2.2.	A permuta e as regras comuns ao contrato de compra e venda	1160
4.2.3.	Objeto do contrato de permuta	1161
4.2.4.	Natureza jurídica da permuta	1162
4.3.	Contrato Estimatório	1163
4.3.1.	Noções gerais	1163
4.3.2.	Características e natureza jurídica	1164
4.3.3.	Natureza jurídica: obrigação alternativa ou facultativa	1166
4.3.4.	Efeitos Jurídicos quanto aos riscos pelo perecimento ou deterioração da coisa consignada	1167
4.3.5.	Impenhorabilidade da coisa consignada	1168
4.3.6.	Indisponibilidade da coisa	1168
4.4.	Contrato de Doação	1169
4.4.1.	Noções Gerais sobre o contrato de doação.....	1169
4.4.2.	Elementos estruturais do contrato de doação: Classificação do contrato de doação	1170
4.4.2.1.	Características especiais.....	1172
4.4.3.	Aceitação da doação.....	1174

4.4.4.	Formalidade da doação: regra e exceção.....	1175
4.4.5.	Doação em contemplação do merecimento do donatário (doação meritória).....	1177
4.4.6.	Doação remuneratória e doação mista.....	1177
4.4.7.	Doação pura e simples, doação com encargo (modal) e doação condicional	1180
4.4.8.	Doação ao nascituro e doação em favor do absolutamente incapaz.....	1182
4.4.9.	Doação entre ascendentes e descendentes: adiantamento de legítima.....	1183
4.4.10.	Doação em forma de subvenção periódica.....	1184
4.4.11.	Doação feita em contemplação de casamento futuro com pessoa determinada	1185
4.4.12.	Doação e cláusula de reversão: propriedade resolúvel.....	1186
4.4.13.	Vedações Legais à doação: doação universal, doação inoficiosa e doação ao cônjuge adúltero.....	1187
4.4.13.1.	Doação universal.....	1187
4.4.13.2.	Doação inoficiosa.....	1188
4.4.13.3.	Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice.....	1189
4.4.14.	Doação em favor de pluralidade de sujeitos (doação conjuntiva) e garantias do doador em relação ao bem doado (evicção e vício redibitório) ..	1191
4.4.15.	Doação para entidade futura.....	1193
4.4.16.	Revogação da doação: causas de revogação.....	1193
4.4.16.1.	Revogação por inexecução de encargo.....	1194
4.4.16.2.	Revogação por ingratidão do donatário	1195
4.4.17.	Promessa de doação	1199
4.4.17.1.	Os fundamentos da recusa da exigibilidade da promessa de doação nas Cortes Superiores.....	1205
4.4.18.	A doação e cláusulas restritivas apostas pelo doador (impenhorabilidade, inalienabilidade e incomunicabilidade)	1207
4.5.	Contrato de Locação de Coisas.....	1209
4.5.1.	Introdução: noções gerais, conceito e características	1209
4.5.1.1.	Elementos essenciais: Consentimento, coisa e preço.....	1210
4.5.1.1.1.	Coisa.....	1210
4.5.1.1.2.	Preço	1211
4.5.2.	Obrigações do locador.....	1212
4.5.3.	Deterioração da coisa locada no curso do contrato e consequências.....	1214
4.5.4.	Obrigações do locatário	1214
4.5.5.	Restituição antecipada e direito de retenção	1216
4.5.6.	Extinção da locação por prazo determinado e prorrogação da locação	1218
4.5.7.	Alienação da coisa locada durante a locação	1220

4.5.8.	Transferência da locação para herdeiros do locador e locatário	1220
4.6.	Contrato de Locação de Imóveis Urbanos (Lei 8.245/91).....	1220
4.6.1.	Noção geral	1220
4.6.2.	Ação do locador, denúncia da locação e extinção da locação vinculada a usufruto ou fideicomisso.....	1222
4.6.3.	Alienação do bem locado durante a locação.....	1224
4.6.4.	Hipóteses legais de extinção da locação de imóveis urbanos	1225
4.6.5.	Morte das partes e consequências	1225
4.6.6.	Dissolução da sociedade conjugal e da união estável e consequências	1225
4.6.7.	Da cessão da locação e das sublocações.....	1226
4.6.8.	Regras sobre o aluguel.....	1227
4.6.9.	Deveres do locador e do locatário	1228
4.6.10.	Direito de preferência.....	1230
4.6.11.	As benfeitorias realizadas pelo locatário	1231
4.6.12.	Das garantias da locação.....	1233
4.6.13.	Das nulidades da locação.....	1235
4.6.14.	Da locação residencial.....	1236
4.6.14.1.	Da locação para temporada.....	1237
4.6.15.	Da locação não residencial	1237
4.6.16.	Disposições gerais sobre os procedimentos das ações relativas a esta lei ...	1240
4.6.16.1.	Despejo.....	1240
4.6.16.2.	Da ação de consignação de aluguel e acessórios da locação.....	1243
4.6.16.3.	Da ação revisional de aluguel.....	1244
4.6.16.4.	Da ação renovatória	1245
4.6.17.	Regras relevantes	1246
4.6.18.	Regras gerais sobre o Estatuto da Terra	1246
4.6.19.	Lei 6.099/1974 – Arrendamento mercantil.....	1247
4.7.	Contrato de Comodato e Contrato de Mútuo (Empréstimo).....	1249
4.7.1.	Introdução: noções gerais, conceito e características	1249
4.7.2.	Do comodato.....	1249
4.7.2.1.	Conceito e características	1249
4.7.2.1.1.	Infungibilidade do objeto	1250
4.7.2.1.2.	Gratuidade	1251
4.7.2.1.3.	Temporiedade	1252
4.7.2.1.4.	Natureza real do comodato.....	1253
4.7.2.1.5.	Unilateralidade (efeitos obrigacionais).....	1253
4.7.2.1.6.	Contrato impessoal?	1255
4.7.2.2.	Prazo do comodato: outras questões sobre a temporiedade.....	1255

4.7.2.3.	Comodato na tutela, curatela e administração em geral	1257
4.7.2.4.	Comodatário: obrigações.....	1257
4.7.2.4.1.	Obrigação de conservação da coisa.....	1257
4.7.2.4.2.	Obrigação de uso de acordo com a natureza do bem e a função do contrato.....	1258
4.7.2.4.3.	Obrigação de restituição	1258
4.7.2.5.	Assunção de risco integral na obrigação de conservação e responsabilidade pelas despesas com a coisa	1259
4.7.2.6.	Pluralidade de comodatários.....	1260
4.7.2.7.	Deveres e obrigações do comodante.....	1260
4.7.2.8.	Extinção do comodato.....	1261
4.7.3.	Mútuo (empréstimo de coisas fungíveis)	1261
4.7.3.1.	Conceito e noções gerais	1261
4.7.3.2.	Características e classificação do mútuo	1262
4.7.3.2.1.	Transferência da propriedade.....	1262
4.7.3.2.2.	Temporiedade (prazo)	1262
4.7.3.2.3.	Coisa móvel e fungível	1263
4.7.3.2.4.	Natureza real do mútuo.....	1263
4.7.3.2.5.	Unilateralidade (efeitos obrigacionais)	1264
4.7.3.2.6.	Gratuidade/Onerosidade	1265
4.7.3.3.	Mútuo em favor de menor.....	1265
4.7.3.4.	Mútuo e garantia de restituição	1266
4.7.3.5.	Mútuo feneratício (oneroso)	1267
4.8.	Da Prestação de Serviços	1267
4.8.1.	Noções gerais	1267
4.8.2.	Contrato de prestação de serviços: formalidade e remuneração.....	1270
4.8.2.1.	Contrato de prestação de serviços: prazo máximo, prazo determinado e prazo indeterminado	1271
4.8.2.2.	Contrato de prestação de serviços: justa causa e efeitos	1272
4.8.2.3.	O caráter personalíssimo do contrato de prestação de serviços.....	1273
4.8.2.4.	Causas de extinção do contrato de prestação de serviços	1274
4.8.2.5.	Aliciamento de terceiros ofensores	1276
4.9.	Empreitada.....	1278
4.9.1.	Noções gerais, conceito e características	1278
4.9.1.1.	Empreitada: espécies e efeitos	1278
4.9.1.2.	Empreitada por preço certo, por medida e por administração.....	1279
4.9.1.3.	Conclusão da obra: dever de recebimento e direito de rejeição	1280

4.9.1.4.	Responsabilidade do empreiteiro quanto aos materiais inutilizados por sua culpa.....	1281
4.9.1.5.	A responsabilidade civil do empreiteiro na empreitada de edifícios e outras construções consideráveis.....	1281
4.9.1.6.	Cláusula de reajustamento na empreitada por preço certo.....	1283
4.9.1.7.	Possibilidade de revisão do preço.....	1283
4.9.1.8.	Modificação do projeto da obra pelo seu proprietário	1284
4.9.1.9.	Subempreitada	1284
4.9.1.10.	A suspensão da obra pelo dono e o empreiteiro e os efeitos....	1285
4.9.1.11	Extinção da empreitada em decorrência de morte do empreiteiro	1286
4.10.	Contrato de Depósito.....	1286
4.10.1.	Noções gerais e características.....	1286
4.10.2.	Local de restituição da coisa e responsabilidade pelas despesas de restituição	1290
4.10.3.	Depósito no interesse de terceiro	1290
4.10.4.	Depósito judicial em caso de recusa do depositário quanto ao recebimento da coisa	1291
4.10.5.	Perda da coisa depositada e responsabilidade do depositário (teoria dos riscos no depósito)	1292
4.10.6.	Dever de restituição e herdeiros.....	1292
4.10.7.	Restituição obrigatória como dever principal.....	1293
4.10.8.	Pluralidade de depositantes e divisibilidade da coisa depositada	1293
4.10.9.	Proibições ao depositário quanto a uso e subcontratação.....	1294
4.10.10.	Incapacidade do depositário	1294
4.10.11.	Responsabilidade do depositário pelos casos de força maior.....	1294
4.10.12.	Obrigações do depositante pelas despesas da coisa e prejuízos que do depósito provierem	1295
4.10.13.	Depósito e direito de retenção do depositário	1295
4.10.14.	Depósito irregular	1296
4.10.15.	Espécies de depósito	1296
4.10.16.	Depósito e prisão civil	1299
4.10.17.	Responsabilidade do depositário na guarda de veículos.....	1300
4.11.	Contrato de Mandato	1301
4.11.1.	Noções gerais, conceito e natureza jurídica	1301
4.11.2.	Formalidades do mandato: mandato expresso, tácito, verbal e escrito. Sujeição da Forma ao ato.....	1303
4.11.3.	Mandato: onerosidade e gratuidade	1304
4.11.4.	Modalidades de mandato: geral e especial	1304

4.11.5.	Atos praticados pelo mandatário sem poderes ou com excesso de poderes – o Mandato Aparente.....	1305
4.11.6.	A vinculação do mandante aos atos praticados pelo mandatário, a prática de atos em nome próprio e o excesso de poderes do mandatário.....	1306
4.11.7.	O mandato e o direito de retenção	1308
4.11.8.	Obrigações do mandatário.....	1308
4.11.9.	Obrigações do mandante	1311
4.11.10.	Causas de extinção do mandato (art. 682 do CC)	1312
4.11.11.	O mandato em causa própria	1315
4.11.12.	Mandato judicial.....	1317
4.12.	Contrato de Comissão.....	1317
4.12.1.	Noções gerais, conceito e características	1317
4.12.2.	Obrigações do comissário.....	1318
4.12.3.	Responsabilidade do comissário pela solvência do terceiro e cláusula <i>del credere</i>	1319
4.12.4.	Dilação de prazo para pagamentos.....	1319
4.12.5.	A remuneração do comissário.....	1319
4.12.6.	Possibilidade de o comitente alterar as ordens e instruções dadas ao comissário.....	1320
4.12.7.	A demissão do comissário sem justa causa e os efeitos quanto à remuneração	1320
4.12.8.	O contrato de comissão e os juros recíprocos	1320
4.12.9.	Natureza do crédito do comissário e direito de retenção	1320
4.12.10.	Regras subsidiárias ao contrato de comissão	1321
4.13.	Contrato de Agência e Distribuição	1321
4.13.1.	Noções gerais, conceito e características	1321
4.13.2.	A questão da “exclusividade” dos contratos de agência e distribuição	1322
4.13.3.	Obrigações do agente.....	1323
4.13.4.	Responsabilidade pelas despesas com a agência ou distribuição.....	1323
4.13.5.	Remuneração do agente ou distribuidor	1323
4.13.6.	Indenização ao agente ou distribuidor por fato imputável ao proponente.....	1324
4.13.7.	A rescisão do contrato de agência e distribuição por prazo indeterminado e a relação com a teoria do abuso de direito.....	1324
4.13.8.	Regras subsidiárias ao contrato de agência e distribuição	1325
4.14.	Contrato de Corretagem	1325
4.14.1.	Noções gerais, conceito e características	1325
4.14.2.	Obrigações do corretor.....	1326
4.14.3.	A remuneração do corretor	1326
4.14.4.	O contrato de corretagem e a compatibilidade com outras normas.....	1327

4.15.	Contrato de Transporte.....	1327
4.15.1.	Noções gerais, conceito e características	1327
4.15.2.	Transporte de pessoas – Regras gerais.....	1329
4.15.3.	Transporte gratuito	1331
4.15.4.	Horários e responsabilidade civil	1332
4.15.5.	Recusa de passageiros.....	1332
4.15.6.	Resolução do contrato de transporte e interrupção da viagem	1333
4.15.7.	Retenção da bagagem	1333
4.15.8.	Transporte de coisas	1333
4.16.	Contrato de Seguro.....	1335
4.16.1.	Conceito e noções gerais sobre o contrato de seguro (natureza jurídica)....	1335
4.16.2.	O contrato de seguro e a prova da constituição (apólice e bilhete de seguro)	1338
4.16.3.	A nulidade do contrato de seguro para garantia de risco por ato doloso	1339
4.16.4.	Efeitos jurídicos da mora do segurado em relação ao prêmio e a possibilidade de purgação.....	1339
4.16.5.	Obrigação do segurado em relação ao prêmio independente da consumação do risco	1340
4.16.6.	O princípio da boa-fé objetiva como valor referência do contrato de seguro.....	1340
4.16.7.	O seguro à conta de outrem	1341
4.16.8.	A perda do direito à indenização em caso de agravamento intencional do risco.....	1342
4.16.9.	O dever de informação decorrente do princípio da boa-fé objetiva quanto ao agravamento do risco	1343
4.16.10.	As consequências da redução do risco	1344
4.16.11.	O dever de informação sobre a ocorrência do sinistro	1344
4.16.12.	Os efeitos jurídicos da mora do segurador.....	1344
4.16.13.	Sanção ao segurador que expede a apólice ciente da consumação do risco	1345
4.16.14.	A cláusula de recondução tácita do contrato pelo mesmo prazo.....	1345
4.16.15.	Os agentes autorizados e os efeitos dos atos por ele praticados.....	1346
4.16.16.	A indenização e a cláusula de reposição	1346
4.16.17.	Aplicação subsidiária do Código Civil	1347
4.16.18.	O seguro de dano.....	1347
4.16.19.	O seguro de dano e a possibilidade de transferência.....	1349
4.16.20.	A sub-rogação do segurador e os efeitos do pagamento da indenização.....	1349
4.16.21.	O seguro de responsabilidade civil como modalidade de seguro de dano	1352
4.16.22.	Os seguros de responsabilidade legalmente obrigatórios.....	1354

4.16.23.	O seguro de pessoa	1355
4.16.24.	O seguro de pessoa como bem intangível	1357
4.16.25.	A nulidade do pagamento reduzido do capital estipulado.....	1358
4.16.26.	O pagamento do prêmio no seguro de vida.....	1358
4.16.27.	Seguro de pessoa para o caso de morte e prazo de carência.....	1359
4.16.28.	O seguro de pessoa e a questão do suicídio.....	1360
4.16.29.	Obrigações do segurador quanto à indenização em situações específicas ...	1361
4.16.30.	A vedação da sub-rogação no seguro de pessoa.....	1361
4.16.31.	O seguro de pessoa coletivo ou em grupo.....	1361
4.16.32.	O contrato de seguro saúde.....	1362
4.17.	Contrato de Constituição de Renda	1366
4.17.1.	Noções gerais e natureza jurídica	1366
4.17.2.	A constituição de renda onerosa.....	1368
4.17.2.1.	Modos de constituição da renda e o caráter temporário	1369
4.17.3.	A constituição de renda em favor de pessoa falecida ou enferma: nulidade	1369
4.17.4.	Inadimplemento do rendeiro e consequências.....	1370
4.17.5.	Periodicidade da renda e a renda constituída em benefício de várias pessoas.....	1370
4.17.6.	Impenhorabilidade das rendas	1371
4.17.7.	Extinção do contrato de constituição de renda.....	1371
4.18.	Contrato de Jogo e Aposta.....	1372
4.18.1.	Noções gerais e natureza jurídica	1372
4.18.2.	Espécies de jogos.....	1374
4.18.3.	Mútuo para jogo e contratos com títulos em bolsa	1375
4.19.	Fiança	1376
4.19.1.	Noções gerais	1376
4.19.2.	Natureza e características da fiança	1376
4.19.3.	Fiança: regras especiais e principais.....	1377
4.19.3.1.	Dispensa do consentimento do fiador.....	1377
4.19.3.2.	Garantia de dívida atual ou futura	1377
4.19.3.3.	Extensão da fiança (limitada ou ilimitada).....	1378
4.19.3.4.	Fiança e obrigações nulas.....	1378
4.19.3.5.	Fiança e a idoneidade do fiador	1379
4.19.3.6.	Fiador incapaz ou insolvente.....	1379
4.19.3.7.	Efeitos da fiança: benefício de ordem	1380
4.19.3.8.	Efeitos da Fiança: benefício de divisão.....	1381
4.19.3.9.	Efeitos da fiança: sub-rogação.....	1382

4.19.3.10.	Responsabilidade do devedor pelas perdas e danos do fiador e a questão dos juros do desembolso pela taxa estipulada	1385
4.19.3.11.	Inércia do credor quanto à execução do fiador: efeitos.....	1385
4.19.3.12.	Efeitos da fiança: a exoneração do fiador na fiança sem limitação de tempo e no caso de morte	1386
4.19.4.	Extinção da fiança	1387
5.	ATOS UNILATERAIS	1389
5.1.	Conceito de Atos Unilaterais.....	1389
5.2.	Da promessa de recompensa	1389
5.3.	Da gestão de negócios	1390
5.4.	Do pagamento indevido	1392
6.	DIREITOS REAIS	1395
6.1.	Direitos Reais	1396
6.1.1.	Introdução	1396
6.1.2.	Conceito e Relação Jurídica.....	1397
6.1.3.	Evolução histórica	1398
6.1.4.	Características	1400
6.1.4.1.	Eficácia absoluta.....	1400
6.1.4.2.	Permanência	1400
6.1.4.3.	Preferência	1400
6.1.4.4.	Imediatidade.....	1400
6.1.4.5.	Sequela	1401
6.1.4.6.	Taxatividade.....	1401
6.2.	Posse.....	1401
6.2.1.	Histórico e definição	1401
6.2.2.	Principais teorias da posse – Subjetiva (Savigny) e Objetiva (Ihering) (uma tentativa de compreender a estrutura do fenômeno possessório) – elementos que integram o conteúdo da posse: <i>corpus</i> e <i>animus</i>	1402
6.2.2.1.	Teoria subjetiva clássica (Savigny)	1402
6.2.2.2.	Teoria objetiva (Ihering).....	1404
6.2.2.3.	Teoria adotada no Código Civil e a teoria social da posse	1407
6.2.2.4.	Teorias da Posse e o STJ	1412
6.2.3.	Natureza jurídica da posse.....	1413
6.2.4.	A tensão entre as teorias objetiva e social da posse sob a perspectiva do instituto da desapropriação judicial (art. 1.228, §§ 4.º e 5.º do CC) e a atuação do Ministério Público na posse	1415
6.2.4.1.	Da desapropriação judicial	1415
6.2.4.1.1.	Desapropriação Judicial e bens públicos	1420

6.2.4.1.2.	Desapropriação Judicial e Usucapião Coletiva do Estatuto da Cidade	1420
6.2.4.2.	A posse e o Ministério Público	1421
6.2.5.	Objeto da posse.....	1421
6.2.5.1.	Objeto da posse e bens públicos	1423
6.2.6.	Desdobramento da posse (posse direta ou indireta).....	1424
6.2.7.	Composse (art. 1.199 do CC).....	1427
6.2.8.	Detenção (distinção da posse).....	1429
6.2.9.	Classificação da posse	1436
6.2.9.1.	Posse violenta, clandestina e precária (vícios objetivos da posse)	1436
6.2.9.1.1.	Vícios objetivos da posse e características (Relatividade dos vícios e a questão da Interversão da posse - temporários)	1439
6.2.9.1.2.	Vícios subjetivos da posse (posse de boa-fé e posse de má-fé).....	1443
6.2.9.1.3.	Vício subjetivo da posse e alteração do caráter	1445
6.2.9.1.4.	Classificação da posse: posse <i>ad interdicta</i> e <i>ad usucapionem</i>	1446
6.2.10.	Classificação, perda e transmissão da posse	1447
6.2.10.1.	Posse originária e posse derivada	1447
6.2.10.2.	Constituto possessório.....	1449
6.2.11.	O exercício dos poderes de fato por ato próprio ou por terceiro (art. 1.205 do CC).....	1450
6.2.12.	Transmissão da posse e acessão de posse	1453
6.2.13.	Presunção dos móveis na posse de imóvel	1455
6.2.14.	Efeitos da posse	1456
6.2.14.1.	Introdução	1456
6.2.14.2.	Proteção Possessória – 1.º Efeito da posse: Interditos possessórios e autodefesa (tutela e defesa da posse).....	1457
6.2.14.3.	Interditos possessórios.....	1459
6.2.14.3.1.	Proteção possessória por meio dos interditos	1459
6.2.14.3.2.	Posse nova e posse velha: questão de direito material ou processual?	1461
6.2.14.3.3.	Exceção de domínio e tutela possessória.....	1463
6.2.14.3.4.	A questão da melhor posse.....	1466
6.2.14.3.5.	Breves anotações sobre o procedimento das ações possessórias	1466
6.2.14.4.	Direito à percepção dos frutos	1469
6.2.14.5.	Efeitos da posse: benfeitorias e o direito de retenção.....	1472
6.2.14.6.	Responsabilidade civil por danos: perda ou deterioração da coisa possuída	1476
6.2.14.7.	Usucapião (noções gerais como efeito da posse).....	1477
6.2.15.	Perda da posse	1477

6.2.15.1.	Abandono da coisa.....	1478
6.2.15.2.	Tradição	1478
6.2.15.3.	Perda ou destruição da coisa possuída	1479
6.2.15.4.	Constituto possessório.....	1479
6.2.15.5.	Posse de outrem.....	1480
6.2.15.6.	Coisa colocada fora do comércio	1480
6.2.16.	A perda da posse e a ausência do possuidor	1481
6.3.	Propriedade	1482
6.3.1.	Introdução	1482
6.3.2.	Considerações preliminares e evolução histórica	1482
6.3.3.	Fundamento e legitimidade da propriedade (função social)	1483
6.3.4.	Propriedade funcionalizada e patrimônio coletivo	1485
6.3.5.	Conceito de propriedade (análise estrutural e funcional).....	1486
6.3.6.	Propriedade e domínio	1488
6.3.7.	Faculdades do proprietário (uso, gozo, disposição e reivindicação).....	1489
6.3.7.1.	Direito de usar (<i>ius utendi</i>)	1489
6.3.7.2.	Direito de gozo ou fruição (<i>ius fruendi</i>)	1490
6.3.7.3.	Direito de disposição (<i>ius abutendi</i>).....	1491
6.3.7.4.	Direito de reivindicar (<i>rei vindicatio</i>).....	1491
6.3.7.5.	O domínio no âmbito da propriedade e da posse: conexões.....	1492
6.3.8.	A propriedade e a teoria dos atos emulativos (abuso de direito).....	1493
6.3.8.1.	A teoria do abuso de direito (ilícito objetivo) no art. 187 do CC.....	1495
6.3.9.	Atributos da propriedade	1496
6.3.9.1.	Introdução	1496
6.3.9.2.	Principais atributos da propriedade.....	1496
6.3.9.2.1.	Exclusividade (a questão dos terceiros)	1496
6.3.9.2.2.	Perpetuidade	1498
6.3.9.2.3.	Elasticidade	1499
6.3.9.2.4.	Multipropriedade (<i>time sharing</i>) – lei 13.777/2018.....	1500
6.3.9.3.	Objeto da propriedade: bens corpóreos e incorpóreos (propriedade intelectual).....	1508
6.3.9.4.	Extensão das faculdades do proprietário (limites ao direito de propriedade).....	1509
6.3.9.5.	Limitações às faculdades jurídicas do proprietário	1511
6.3.9.6.	Os acessórios da propriedade	1513
6.3.9.7.	Expropriação privada – (artigo 1.228, §§ 4º e 5º, do CC)	1513
6.3.9.8.	Da descoberta	1514
6.3.9.8.1.	Caracterização da descoberta	1514
6.3.9.8.2.	Direito de recompensa.....	1515
6.3.9.8.3.	Responsabilidade do descobridor.....	1515
6.3.9.8.4.	Ato da autoridade competente para localizar o dono ou o legítimo possuidor e procedimento.....	1515

6.4.	Modos de Aquisição da Propriedade Imóvel.....	1516
6.4.1.	Introdução	1516
6.4.2.	Registro.....	1517
6.4.2.1.	Natureza e características	1518
6.4.2.2.	O registro, o direito de propriedade constituído em favor de terceiros e a questão da boa-fé.....	1520
6.4.2.3.	Atributos do registro.....	1522
6.4.2.4.	Distinção necessária entre vício no título e vício no registro.....	1525
6.4.3.	Da usucapião	1525
6.4.3.1.	Noções preliminares	1525
6.4.3.2.	Aquisição originária ou derivada da propriedade?	1527
6.4.3.3.	Fundamento da usucapião (posse e função social).....	1528
6.4.3.4.	Requisitos da usucapião (teoria geral da usucapião).....	1529
6.4.3.4.1.	Requisitos genéricos da usucapião	1529
6.4.3.4.1.1.	Requisitos formais genéricos ou comuns (posse <i>ad usucapionem</i> e tempo).....	1537
6.4.3.4.2.	Requisitos formais específicos (cada espécie de usucapião possui requisitos próprios): As espécies de usucapião	1540
6.4.3.4.2.1.	Usucapião extraordinária (art. 1.238 do CC)	1540
6.4.3.4.2.2.	Usucapião ordinária (art. 1.242 do CC).....	1542
6.4.3.4.2.3.	Usucapião especial rural ou pro labore (arts. 1.239 do CC e 191 da CF/1988).....	1546
6.4.3.4.2.4.	Usucapião especial urbano ou “pro moradia” (art. 1.240 do CC, art. 183 da CF/198 e art. 9.º do Estatuto da Cidade)	1549
6.4.3.4.2.5.	Usucapião especial urbano coletivo (art. 10 do Estatuto da Cidade).....	1553
6.4.3.4.2.6.	Usucapião especial urbano residencial familiar (art. 1.240-A do CC, introduzido pela Lei 12.424/2011).....	1556
6.4.3.4.2.7.	Usucapião indígena (art. 33 do Estatuto do Índio)	1558
6.4.3.4.2.8.	Usucapião tabular (art. 214, § 5.º, da 6.015/1973).....	1558
6.4.3.4.2.9.	Usucapião e Regularização Fundiária – Lei 13.465/2017.....	1559
6.4.3.4.2.10.	Usucapião de quilombolas.....	1562

6.4.3.5.	Algumas breves questões processuais relativas à ação de usucapião.....	1562
6.4.3.6.	Usucapião e direito intertemporal.....	1564
6.4.3.7.	Usucapião “Administrativo” – Artigo 1.071 do CPC.....	1564
6.4.4.	Acessão.....	1566
6.4.4.1.	Acessão de móvel a móvel (acessões naturais) – Incorporação de imóvel a imóvel.....	1567
6.4.4.1.1.	Formação de ilhas.....	1567
6.4.4.1.2.	Aluvião.....	1569
6.4.4.1.3.	Avulsão.....	1569
6.4.4.1.4.	Álveo abandonado.....	1570
6.4.4.2.	Acessões artificiais (construções e plantações) – De móvel a imóvel.....	1571
6.4.4.2.1.	Introdução.....	1571
6.4.4.2.2.	Não coincidência entre a titularidade do móvel (sementes e materiais) e a titularidade do imóvel (solo).....	1572
6.4.4.3.	Acessão invertida e função social da posse.....	1575
6.4.4.4.	Regras sobre invasão de pequena área ou invasão de extensa área ou desapropriação no interesse privado.....	1577
6.4.4.4.1.	Invasão parcial de pequena área (art. 1.258 do CC).....	1577
6.4.4.4.2.	Invasão parcial de extensa área (art. 1.259 do CC).....	1579
6.5.	Modos de Aquisição da Propriedade Móvel.....	1579
6.5.1.	Introdução.....	1579
6.5.2.	Ocupação.....	1580
6.5.3.	Achado de tesouro.....	1581
6.5.4.	Tradição.....	1582
6.5.5.	Especificação.....	1585
6.5.6.	Confusão, comissão e adjunção.....	1587
6.5.7.	Usucapião.....	1589
6.6.	Modos de Perda da Propriedade.....	1590
6.6.1.	Introdução.....	1590
6.6.2.	Propriedade resolúvel e Propriedade <i>ad tempus</i> (artigos 1.359 e 1.360 do CC).....	1595
6.6.3.	Propriedade aparente.....	1599
6.6.4.	Propriedade Fiduciária (direito real de garantia sobre coisa própria).....	1600
6.6.4.1.	Introdução.....	1600
6.6.4.2.	Conceito de Propriedade Fiduciária sob a Perspectiva do Código Civil.....	1602
6.6.4.3.	Elementos: Sujeitos, Objeto e Natureza Jurídica da Propriedade Fiduciária sob a Perspectiva do Código Civil.....	1603
6.6.5.	Constituição da Propriedade Fiduciária.....	1605

6.7.	Características da Propriedade Fiduciária.....	1608
6.7.1.	Propriedade Fiduciária como Propriedade Resolúvel.....	1608
6.7.2.	Propriedade Fiduciária e o Desdobramento da posse Direta em Indireta	1609
6.7.3.	Propriedade Fiduciária como Patrimônio de Afetação	1610
6.7.4.	As Consequências do Inadimplemento do Devedor e a Vedação do Pacto Comissório.....	1611
6.7.5.	A Propriedade Fiduciária e as Regras dos Direitos Reais de Garantia em Coisa Alheia	1613
6.7.6.	Ação de Busca e Apreensão (Direito Processual Objeto do Decreto 911/69, com as alterações da Lei 10.931/2004).....	1615
6.7.7.	Propriedade Fiduciária de Bens Imóveis.....	1617
6.8.	Propriedade Superficiária	1622
6.8.1.	Introdução	1622
6.8.2.	Conceito e Natureza Jurídica	1623
6.8.3.	Objeto do direito de superfície no Código Civil e a superfície por cisão.....	1624
6.8.4.	Modo de constituição da Propriedade Superficiária.....	1625
6.8.5.	A gratuidade ou onerosidade do Direito de Superfície	1627
6.8.6.	Responsabilidade pelos encargos e tributos	1627
6.8.7.	A transferência do Direito de Superfície por ato <i>inter vivos</i> ou <i>causa mortis</i>	1628
6.8.8.	O direito de preferência e a alienação do imóvel ou da propriedade superficial.....	1629
6.8.9.	Extinção do direito de superfície (Código Civil).....	1630
6.8.10.	Efeitos da extinção do direito de superfície	1632
6.8.11.	Extinção do Direito de Superfície por desapropriação e efeitos	1633
6.8.12.	O direito de superfície constituído por pessoa jurídica de direito público interno.....	1633
6.8.13.	Direito de superfície e o CPC de 2015	1635
6.9.	Direitos de Vizinhança.....	1635
6.9.1.	Introdução	1635
6.9.2.	Uso anormal da propriedade e regras de vizinhança	1636
6.9.3.	Árvores limítrofes	1641
6.9.4.	Passagem forçada	1642
6.9.5.	Da passagem de cabos e tubulações	1643
6.9.6.	Das águas	1644
6.9.7.	Dos limites entre prédios e o direito de tapagem	1648
6.9.8.	Direito de construir	1650
6.10.	Condomínio	1655
6.10.1.	Introdução ao condomínio e noções preliminares.....	1655
6.10.1.1.	Fontes ou origem do condomínio	1656
6.10.2.	Natureza jurídica	1657
6.10.3.	Conteúdo do condomínio e da comunhão de interesses	1657

6.10.4.	Exercício do condomínio – Deveres e obrigações	1661
6.10.5.	Extinção do condomínio voluntário.....	1663
6.10.6.	Administração do condomínio	1665
6.10.7.	Do condomínio necessário.....	1668
6.10.8.	Condomínio edilício.....	1668
6.10.8.1.	Considerações preliminares	1668
6.10.8.2.	Natureza jurídica	1670
6.10.8.3.	Elementos constitutivos	1671
6.10.8.4.	Direitos e deveres dos condôminos	1672
6.10.8.5.	As sanções punitivas condominiais.....	1673
6.10.8.6.	Administração	1673
6.10.8.7.	Extinção	1674
6.10.8.8.	Questões polêmicas	1675
6.10.8.9.	O loteamento fechado de acesso controlado, condomínio de fato e o condomínio de lotes (Lei Federal 13.465/2017 – artigo 58).....	1676
6.11.	Direitos Reais Sobre Coisa Alheia (<i>Juris In Re Aliena</i>)	1677
6.11.1.	Servidão predial.....	1677
6.11.1.1.	Servidão e função social da propriedade	1678
6.11.1.2.	Servidão predial e fundamento	1678
6.11.1.3.	Servidão predial e breve comentário sobre a evolução histórica	1679
6.11.1.4.	Conceito e elementos constitutivos da servidão	1679
6.11.1.5.	Servidão e perpetuidade	1681
6.11.1.6.	Atipicidade da servidão	1681
6.11.1.7.	Não presunção da servidão predial	1681
6.11.1.8.	Modos de constituição das servidões prediais	1681
6.11.1.9.	Servidão administrativa.....	1683
6.11.1.10.	Classificação das servidões.....	1684
6.11.1.11.	Distinções da servidão com os direitos de vizinhança	1684
6.11.1.12.	Exercício da servidão	1685
6.11.1.13.	Remoção da servidão predial	1686
6.11.1.14.	Limites da servidão.....	1686
6.11.1.15.	Extinção das servidões.....	1687
6.11.1.16.	Tutela processual das servidões	1689
6.11.2.	Usufruto.....	1690
6.11.2.1.	Introdução e noções preliminares	1690
6.11.2.2.	Características do usufruto.....	1691
6.11.2.3.	Objeto do usufruto.....	1691
6.11.2.3.1.	Bens consumíveis.....	1692
6.11.2.3.2.	Usufruto e a existência de florestas e recursos minerais	1693
6.11.2.3.3.	Usufruto e títulos de crédito	1694

6.11.2.4.	Usufruto e transferência do direito real	1694
6.11.2.5.	Modos de constituição do usufruto	1695
6.11.2.6.	Direitos do usufrutuário	1695
6.11.2.7.	Deveres do usufrutuário.....	1697
6.11.2.8.	Extinção do usufruto.....	1699
6.11.3.	Uso.....	1701
6.11.4.	Habitação.....	1702
6.11.5.	Enfiteuse.....	1703
6.12.	Direito do Promitente Comprador do Imóvel	1704
6.12.1.	Direito do promitente comprador no ordenamento jurídico brasileiro	1704
6.13.	A Concessão de Direito Real de Uso e A Concessão de Uso Especial Para Fins de Moradia	1708
6.13.1.	Noção e características.....	1708
6.13.2.	Direito Real de Laje.....	1710
6.14.	Direitos Reais de Garantia.....	1713
6.14.1.	Considerações preliminares	1713
6.14.2.	Requisitos (objetivos, subjetivos e formais)	1715
6.14.3.	Efeitos da garantia real – princípios e regras comuns à hipoteca, penhora e anticrese.....	1717
6.14.3.1.	Sequela	1717
6.14.3.2.	Excussão e Vedação do Pacto Comissório.....	1718
6.14.3.3.	Indivisibilidade.....	1719
6.14.3.4.	Sub-rogação.....	1720
6.14.3.5.	Preferência.....	1720
6.14.3.6.	Especialização	1722
6.14.4.	Espécies: direitos reais de garantia sobre coisa alheia: Penhor, Hipoteca e anticrese. Regras especiais	1722
6.14.4.1.	Penhor – Conceito e Noções Gerais	1722
6.14.4.1.1.	Características do penhor	1723
6.14.4.1.2.	Causas de extinção do penhor	1725
6.14.4.1.3.	Espécies de penhor	1726
6.14.4.2.	Hipoteca – Noções Gerais, Objeto e Extensão da Garantia	1729
6.14.4.2.1.	Regras Especiais sobre a Hipoteca.....	1731
6.14.4.2.2.	Espécies de Hipoteca.....	1732
6.14.4.2.3.	Registro da Hipoteca.....	1734
6.14.4.2.4.	Extinção da Hipoteca.....	1734
6.14.4.2.5.	Hipoteca de Vias Férreas.....	1734
6.14.4.2.6.	Anticrese.....	1735

7. FAMÍLIA	1737
7.1. Família Contemporânea – Princípios Constitucionais	1739
7.1.1. Princípios Constitucionais e a Nova Concepção de Família (Efeito Pós-positivismo)	1739
7.1.2. Família e o “Afeto”: O afeto é princípio jurídico?	1741
7.1.3. O Direito de Família e outros valores sociais constitucionais.....	1742
7.1.4. Família e Princípios Constitucionais	1743
7.1.5. Os Modelos de Família (espécies de entidades familiares): Princípio da Pluralidade de Modelos Familiares.....	1744
7.1.6. Família Simultânea e Poliamor	1748
7.2. Evolução Histórica da Família (Da “Família Instituição” para a “Família Instrumento”)	1750
7.2.1. Relações Familiares e Evolução da Família – Da “Família Tradicional” para a “Família Contemporânea”.....	1750
7.3. Teoria do Casamento.....	1752
7.3.1. Casamento – Introdução e Noção Geral	1752
7.3.2. Natureza Jurídica do Casamento – Teorias	1752
7.3.3. Casamento Civil e Casamento Religioso com Efeitos Cíveis.....	1754
7.3.4. Características e Pressupostos para o Casamento	1756
7.3.5. Capacidade (e não legitimidade) para o Casamento: Capacidade Matrimonial	1757
7.3.6. Impedimentos que Invalidam o Casamento (Nulidade – Violação de interesse público).....	1761
7.3.7. Causas Suspensivas (Sanção que repercute no regime de bens).....	1764
7.3.8. Processo de Habilitação do Casamento.....	1766
7.3.9. Procedimento para Celebração do Casamento	1768
7.3.10. Hipóteses Especiais Para a Celebração do Casamento.....	1770
7.3.10.1. Moléstia grave e iminente risco para a vida de um dos nubentes: Casamento Nuncupativo.....	1770
7.3.10.2. Casamento por Procuração.....	1771
7.3.10.3. Casamento Consular	1772
7.3.11. Provas do Casamento	1773
7.3.12. Teoria da Invalidade do Casamento (Causas Originárias): Introdução	1775
7.3.12.1. Hipóteses de Nulidade do Casamento e Legitimidade (Nulidade).....	1776
7.3.12.2. Hipóteses de Anulação do Casamento e Legitimidade	1779
7.3.13. Efeitos da Invalidade do Casamento e o Casamento Putativo	1786
7.3.14. Eficácia do Casamento (Efeitos Jurídicos do Casamento Válido – Sociais, Pessoais e Patrimoniais).....	1788
7.4. Estatuto Patrimonial dos Cônjuges – Pacto Antenupcial e Regime de Bens	1795

7.4.1.	Teoria do Direito Patrimonial (Regime de Bens entre Cônjuges): Estatuto Patrimonial do Casamento	1795
7.4.2.	Características do Regime de Bens e o Princípio da Liberdade de Escolha ..	1797
7.4.3.	Regime Legal e Regime Convencional: A variedade de regimes e a combinação de elementos de regimes diferentes	1797
7.4.4.	Alteração do Regime de Bens Durante a Sociedade Conjugal: Possibilidade? Motivação e Intervenção Judicial	1799
7.4.5.	Hipóteses de Adoção do Regime de Separação Obrigatória (separação legal): Exceção à Liberdade de Escolha	1800
7.4.5.1.	O Regime da Separação Obrigatória de Bens e a Súmula 377 do STF	1802
7.4.6.	Atos de Mera Gestão ou Administração: Atos Praticados Pelos Cônjuges Durante a Sociedade Conjugal em Relação aos Bens que Prescindem de Vênia Conjugal – Relação com os Regimes de Bens e a Desnecessidade de Vênia Conjugal	1804
7.4.6.1.	Os Atos Jurídicos que Independem de Autorização do Cônjuge no Âmbito Doméstico (Arts. 1.643 e 1.644 do CC)	1807
7.4.6.2.	Atos de Disposição Patrimonial: Atos Praticados pelo Cônjuge que Dependem de Vênia (consentimento) Conjugal	1808
7.4.6.3.	Os Atos Praticados Por Um dos Cônjuges sem Autorização do Outro e a Tutela dos Terceiros de Boa-fé Prejudicados pela Invalidação destes Negócios Jurídicos	1811
7.4.6.4.	Legitimidade Para As Hipóteses Previstas nos Arts. 1.642, III, IV e V, e 1.647, III e IV, CC	1812
7.4.6.5.	Efeitos Jurídicos da Ausência do Cônjuge Quando Necessária (Anulação). A Outorga e o Suprimento de Consentimento: A Decretação da Invalidez dos Atos Praticados sem Outorga ou sem Consentimento do juiz	1812
7.4.7.	União Estável e Exigência de Outorga ou Autorização para Administração de Bens ou Atos de Disposição Patrimonial	1814
7.4.8.	Impossibilidade do Exercício da Administração dos Bens por um dos Cônjuges e Efeitos	1815
7.4.9.	Pacto Antenupcial: Noções Gerais, Formalidades Essenciais e Questões Especiais	1816
7.4.10.	Espécies de Regime de Bens: Variedade de Regimes	1819
7.4.10.1.	O Regime da Comunhão Parcial de Bens	1819
7.4.10.2.	O Regime da Comunhão Universal de Bens	1824
7.4.10.3.	O Regime da Separação Convencional de Bens	1825
7.4.10.4.	O Regime da Participação Final dos Aquestos	1826
7.5.	Dissolução da Sociedade Conjugal e do Vínculo Matrimonial – Causas Supervenientes ao Casamento Válido	1828
7.5.1.	Noções Gerais	1828
7.5.2.	Causas Supervenientes ao Casamento Válido: Causas Legais	1830

7.5.3.	Separação Judicial e Polêmicas sobre a Subsistência deste Instituto.....	1831
7.5.4.	Divórcio.....	1837
7.5.4.1.	Evolução Histórica e Fundamento Constitucional.....	1837
7.5.4.2.	Requisitos Gerais.....	1838
7.5.4.3.	Aspectos Processuais e Materiais Relevantes (natureza da demanda; intervenção obrigatória do MP; reconciliação do casal; foro privilegiado da mulher; sobrenome; e a questão da necessidade, ou não, de prévia partilha).....	1839
7.5.4.4.	Proteção dos Filhos (Guarda Unilateral e Guarda Compartilhada).....	1842
7.5.5.	A Morte Real e A Morte Presumida como Causas de Dissolução do Vínculo Matrimonial.....	1846
7.6.	Adoção.....	1849
7.7.	Poder Familiar.....	1852
7.7.1.	Noções Gerais.....	1852
7.7.2.	Exercício do Poder Familiar.....	1854
7.7.3.	Causas de Suspensão e Extinção do Poder Familiar.....	1856
7.7.4.	Teoria da Alienação Parental – Lei 12.318/2010.....	1859
7.8.	Família e Relações de Parentesco.....	1862
7.8.1.	Relações de Parentesco: Disposições Gerais.....	1862
7.9.	Família e Teoria da Filiação (colaboração de Larissa Learth Moreira).....	1866
7.9.1.	Noções Gerais e o Princípio da Não Discriminação.....	1866
7.9.2.	Filiação e os Critérios da Presunção Legal, Biológica e Afetiva.....	1868
7.9.3.	Multiparentalidade (pluralidade de vínculos).....	1869
7.9.4.	A Filiação e o Casamento: O Critério da Presunção Legal.....	1872
7.9.5.	A Presunção pater is est nas técnicas de reprodução assistida: A filiação e os métodos de reprodução assistida.....	1874
7.9.5.1.	Reprodução Homóloga.....	1876
7.9.5.2.	Reprodução Heteróloga.....	1876
7.9.6.	Legitimidade para Contestar a Paternidade.....	1877
7.9.7.	Reconhecimento de Filhos – Introdução.....	1878
7.9.7.1.	Reconhecimento voluntários dos filhos.....	1878
7.9.7.2.	Reconhecimento forçado dos filhos: Ação de investigação de paternidade ou de maternidade.....	1880
7.9.8.	Questões Processuais Relevantes da Ação de Paternidade (legitimidade ativa e passiva, litisconsórcio, intervenção do Ministério Público, competência, revelia, prova, sentença, recursos e coisa julgada).....	1881
7.9.9.	Ação de Investigação de Ancestralidade (origem genética) de Parentalidade: Distinções.....	1884
7.9.10.	Prova da Filiação; Possibilidade da Posse do Estado de Filho e a Paternidade Socioafetiva.....	1885
7.9.11.	Questões Específicas do Filho Havido Fora do Casamento, Lar Conjugal e Guarda.....	1887
7.9.12.	O Casamento Nulo e a Filiação.....	1888

7.10.	Usufruto e Administração dos Bens dos Filhos Menores	1890
7.10.1.	Atos de Disposição Patrimonial: Limites dos Poderes dos Pais e Intervenção Judicial	1891
7.10.2.	Hipóteses de Exclusão do Direito de Administração dos Bens dos Pais	1891
7.11.	A Teoria dos Alimentos (colaboração de Nathália Marcelino)	1892
7.11.1.	Noções Gerais	1892
7.11.2.	Natureza Jurídica dos Alimentos	1894
7.11.3.	Alimentos e a Concretização do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	1895
7.11.4.	As Principais Características dos Alimentos	1896
7.11.4.1.	Personalísimos	1897
7.11.4.2.	Transmissibilidade	1897
7.11.4.3.	Irrenunciabilidade	1899
7.11.4.4.	Atualidade	1900
7.11.4.5.	Futuridade	1900
7.11.4.6.	Imprescritibilidade	1901
7.11.4.7.	Não Solidariedade	1901
7.11.4.8.	Irrepetibilidade	1902
7.11.4.9.	Incompensabilidade	1902
7.11.4.10.	Impenhorabilidade	1903
7.11.5.	Os Sujeitos Ativo e Passivo da Obrigação Alimentar (Noções Gerais – Reciprocidade)	1903
7.11.6.	A divisibilidade da obrigação alimentar e a natureza da intervenção subjetiva prevista no artigo 1.698 do CC	1904
7.11.7.	Alimentos entre Cônjuges, Alimentos entre Companheiros e Alimentos Decorrentes da Relação de Parentesco	1906
7.11.7.1.	Alimentos em razão da relação de parentesco (descendentes, ascendentes, nascituro, avoenga, guarda e tutela, irmãos e parentes colaterais)	1906
7.11.7.2.	Os alimentos em favor do descendente maior e capaz	1907
7.11.7.3.	Alimentos em Favor de Ascendentes: Idosos e Não Idosos	1908
7.11.7.4.	Alimentos Avoengos	1909
7.11.7.5.	Alimentos Gravídicos	1910
7.11.7.6.	Alimentos em Razão de Guarda e Tutela	1911
7.11.7.7.	Alimentos entre Irmãos	1911
7.11.7.8.	Alimentos entre Companheiros	1912
7.11.7.9.	Alimentos entre Cônjuges	1912
7.11.7.10.	Critérios para a Fixação do <i>Quantum</i>	1915

7.11.8.	Parentalidade Alimentar.....	1915
7.11.9.	Revisão de Alimentos	1915
7.11.10.	A Questão do Procedimento Indigno do Credor em Relação ao Devedor ...	1916
7.11.11.	Espécies de Alimentos (Quanto à Origem e Natureza).....	1917
7.11.12.	Aspectos Processuais dos Alimentos	1918
7.11.13.	Procedimento da Ação de Alimentos e da Ação de Oferta de Alimentos	1920
7.11.14.	Procedimento da Execução dos Alimentos (Análise Comparativa Entre o CPC/1973 e o CPC/2015)	1920
7.12.	Bem de Família.....	1922
7.12.1.	Bem de Família Convencional: Vinculação com a Teoria do Patrimônio Mínimo	1922
7.12.2.	Quem Possui Legitimidade para Instituir o Bem de Família Voluntário e qual a Formalidade para Tanto?.....	1923
7.12.3.	Limites da Constituição do Bem de Família.....	1923
7.12.4.	Objeto do Bem de Família Voluntário. Que Bem Poderá ser Considerado de Família?	1924
7.12.5.	Isenções Relativas ao Bem de Família e Exceções à Regra da Impenhorabilidade do Bem de Família Voluntário	1924
7.12.6.	Desvio de Finalidade do Bem de Família.....	1925
7.12.7.	Impossibilidade de Manutenção do Bem de Família	1925
7.12.8.	Administração do Bem de Família, o Bem de Família e a Dissolução da Unidade Familiar, e a Extinção do Bem de Família.....	1926
7.12.9.	A Lei 8.009/1990 e o Bem de Família Legal.....	1926
7.13.	União Estável	1927
7.13.1.	Evolução Histórica – De família “Ilegítima” até ser Considerada Entidade Familiar Reconhecida e Tutelada pelo Estado (art. 226 da CF/1988).....	1927
7.13.2.	Pressupostos para a Caracterização da União Estável como Entidade Familiar	1931
7.13.3.	Relações Pessoais entre Companheiros.....	1933
7.13.4.	Estatuto Patrimonial na União Estável.....	1934
7.13.5.	União Estável e Concubinato	1936
7.13.6.	Alimentos e Sucessão entre Companheiros.....	1937
7.14.	Tutela.....	1938
7.14.1.	Noções Gerais.....	1938
7.14.2.	Tutela por Nomeação dos Pais (Documental e Testamentária) e Tutela Legítima.....	1939
7.14.3.	Tutor Nomeado pelo Juiz (Tutela Dativa).....	1940
7.14.4.	Tutela para Irmãos Órfãos	1940
7.14.5.	Ausência de Legitimação para o Exercício da Tutela: Impedidos de Serem Tutores.....	1941

7.14.6.	A Legítima Escusa dos Tutores	1941
7.14.7.	Exercício da Tutela	1942
7.14.8.	Os Bens do Tutelado.....	1944
7.14.9.	Prestações de Contas pelo Tutor	1945
7.14.10.	Cessação da Tutela.....	1946
7.15.	Curatela	1947
7.15.1.	Noções Gerais.....	1947
7.15.2.	Interdição e Legitimidade	1948
7.15.3.	Interdição e Procedimento	1950
7.15.4.	Curatela e as Regras da Tutela	1952
7.15.5.	Legitimidade para ser Curador (Quem Pode ser Nomeado Curador das Pessoas que Serão Submetidas ao Regime Jurídico da Curatela – Art. 1.767 do CC)	1952
7.15.6.	Curatela do Nascituro, Enfermo e Deficiente Físico.....	1954
7.15.7.	Exercício da Curatela.....	1954
7.15.8.	Da Tomada de Decisão Apoiada	1956
8.	SUCESSÕES	1959
8.1.	Noções Gerais: a Sucessão sob a Perspectiva Civil-Constitucional (Direito Fundamental � Heranç�a).....	1960
8.2.	Pressupostos Para Abertura da Sucessão: Morte Real ou Presumida	1961
8.3.	Conceito de Heranç�a: Objeto (Diferenç�a entre Meaç�o e Heranç�a)	1962
8.4.	Efeito Jurídico Decorrente da Abertura da Sucessão (Saisine e seus Efeitos)	1963
8.5.	Espécies de Herdeiros: Legítimos (Necessários e não Necessários) e Testamentários	1964
8.5.1.	Herdeiros Necessários e Direito � Legítima	1965
8.5.2.	C�culo da Legítima (Direito dos Herdeiros Necessários)	1966
8.5.3.	A Justa Causa na Sucessão Testamentária como Requisito Necessário para a Inserção de Cláusula Restritiva (Inalienabilidade, Impenhorabilidade e Incomunicabilidade) sobre os Bens da Legítima	1968
8.5.4.	Herdeiro Necessário: Coexistência da Parte Disponível com a Legítima	1969
8.5.5.	Modo de Exclusão de Herdeiros Colaterais	1969
8.5.6.	Comoriência.....	1969
8.6.	O Direito de Representação (em Favor de Descendentes e Filhos de Irmãos): Exceção em que o Herdeiro mais Próximo Exclui o Mais Remoto.....	1969
8.6.1.	Direito do Representante e a Partilha do Quinhão.....	1970
8.6.2.	O Renunciante � Heranç�a de uma Pessoa não Perde o Direito de Representá-la na Sucessão de Outra	1971
8.7.	Lugar da Sucessão	1972
8.8.	Espécies de Sucessão: Legítima e Testamentária	1972
8.9.	A Sucessão Legítima e o seu Caráter Supletivo – a Coexistência de Sucessão Legítima e Testamentária	1972

8.10.	Sucessão Testamentária e Limites na Autonomia Privada do Testador (Proteção à Legítima)	1973
8.11.	Lei da Sucessão e Legítima Sucessória.....	1974
8.12.	Vocação Hereditária (Capacidade Sucessória – Legítima e Testamentária).....	1975
8.12.1.	Noções Gerais.....	1975
8.12.2.	Capacidade Sucessória na Sucessão Legítima e na Testamentária: Peculiaridades.....	1975
8.12.3.	A Ausência de Legitimidade para Receber Herança na Sucessão Testamentária (Quem não Pode ser Nomeado Herdeiro nem Legatário) e a Sanção pela Inobservância da Regra Proibitiva.....	1980
8.12.4.	Sucessão Testamentária e Igualdade entre Filhos.....	1981
8.13.	Herança e Administração.....	1981
8.13.1.	Responsabilidade dos Herdeiros Quanto às Obrigações do Titular da Herança	1984
8.13.2.	Herança e Cessão de Direitos Hereditários: a Cessão dos Direitos Hereditários (Formalidade, Direito de Acrescer e Hipótese de Ineficácia).....	1984
8.13.3.	A Cessão dos Direitos Hereditários e a Tutela do Direito de Preferência em Favor de Herdeiro	1985
8.14.	Da Aceitação e da Renúncia da Herança.....	1986
8.14.1.	Características da Aceitação da Herança.....	1986
8.14.2.	Falecimento de Herdeiro Antes de Aceitar a Herança: Consequências.....	1988
8.14.3.	Renúncia da Herança: Natureza Jurídica, Capacidade e Formalidade.....	1990
8.14.4.	Diferença entre Renúncia Abdicativa e Renúncia Translativa	1991
8.14.5.	Efeitos da Renúncia à Herança na Sucessão Legítima e na Sucessão Testamentária	1991
8.14.6.	Renúncia e Representação do Herdeiro do Renunciante.....	1992
8.14.7.	Ineficácia da Renúncia da Herança em Detrimento de Credores (Tutela do Crédito).....	1993
8.15.	Dos Excluídos da Sucessão Legítima e Testamentária: Indignidade	1993
8.15.1.	Hipóteses de Indignidade.....	1994
8.15.2.	Modo de Exclusão do Indigno e Legitimidade para Requerer a Exclusão.....	1995
8.15.3.	Efeitos Pessoais da Exclusão e a Perda do Direito de Administração e Usufruto em Relação aos Filhos Menores	1996
8.15.4.	Os Atos de Disposição Patrimonial Praticados pelo Indigno Antes da Exclusão e a Tutela do Terceiro de Boa-Fé.....	1996
8.15.5.	A Possibilidade de Reabilitação do Indigno	1997
8.16.	Da Herança Jacente.....	1997
8.17.	Da Petição de Herança	1999
8.18.	Sucessão Legítima	2000
8.18.1.	Disposições Gerais: Noções e Fundamentos.....	2000

8.18.2.	A Ordem de Vocação Hereditária (Legal).....	2003
8.18.3.	Hipóteses para a Incidência da Sucessão Legítima	2006
8.18.4.	A Sucessão dos Descendentes: Regras Gerais (Cabeça e Estirpe) e as Hipóteses de Concorrência com o Cônjuge	2006
8.18.5.	A Sucessão dos Ascendentes: Regras Gerais (Linhas) e a Necessária Concorrência com o Cônjuge	2008
8.18.6.	A Sucessão do Cônjuge: Pressupostos para ser herdeiro; o Instituto da Concorrência e o Direito de Concorrência Eventual com Descendentes	2009
8.18.6.1.	Comunhão Universal e Concorrência Sucessória	2013
8.18.6.2.	Separação obrigatória e separação convencional (relação destes regimes com a concorrência sucessória).....	2014
8.18.6.3.	Concorrência sucessória com descendente e o regime da comunhão parcial de bens.....	2015
8.18.7.	A Cota a que Tem Direito o Cônjuge e o companheiro (após a decisão do STF) no Caso de Concorrer com Descendentes	2018
8.18.8.	O direito de Concorrência Obrigatória com Ascendentes. A Cota a que Tem Direito o Cônjuge (e o companheiro – após a decisão do STF – RE 646.721-RS e RE 878.694-MG) no Caso de Concorrer com Ascendentes	2019
8.18.9.	A Sucessão do Cônjuge (e do companheiro) e o Direito Real de Habitação	2020
8.18.10.	A Sucessão dos Colaterais.....	2021
8.18.11.	A Ausência de Herdeiros Legítimos e Testamentários: Jacência e Vacância	2021
8.18.11.1.	Sucessão do companheiro.....	2022
8.19.	Sucessão Testamentária: Regras Gerais sobre Testamento e Capacidade Testamentária	2024
8.19.1.	Limites à Vontade do Testador, Testamento, Legítima (Respeito à Legítima e a possibilidade de Coexistência com a Sucessão Testamentária) e Disposição de Caráter Patrimonial.....	2028
8.19.1.1.	Testamento vital	2028
8.19.2.	Espécies de Testamentos: Disposições Gerais e Regras sobre as Espécies Ordinárias.....	2029
8.19.2.1.	Testamento Público.....	2029
8.19.2.2.	Testamento cerrado ou místico	2030
8.19.2.3.	Testamento particular ou hológrafo	2031
8.20.	Codicilos	2032
8.21.	Testamentos Especiais: Disposições Gerais	2032
8.21.1.	Testamento Militar.....	2033
8.22.	Disposições Testamentárias	2033
8.22.1.	Noções Gerais.....	2033
8.22.2.	Cláusulas Testamentárias e Elementos Acidentais (Condição, Termo e Encargo).....	2034
8.22.3.	Regra Geral de Interpretação das Disposições Testamentárias.....	2035

8.22.4.	Nulidade das Disposições Testamentárias: Hipóteses Legais	2036
8.22.5.	Disposições Testamentárias Especiais e Validade em Função da Causa	2037
8.22.6.	Disposições Testamentárias e Erro na Designação do Herdeiro	2038
8.22.7.	Disposições Testamentárias e Regras Especiais	2038
8.22.8.	Disposições Testamentárias e Vícios de Consentimento	2039
8.22.9.	Disposições Testamentárias e Cláusulas Restritivas: Extensão	2040
8.22.10.	O instituto das “reduções” e a conexão com o testamento e a doação	2042
8.23.	Legado: Disposições Gerais.....	2043
8.23.1.	Legado e Encargo	2043
8.23.2.	Legado de Coisa que se Determina pelo Gênero.....	2044
8.23.3.	Legado de Coisa e Lugar	2044
8.23.4.	Legado de Crédito ou de Quitação de Dívida.....	2044
8.23.5.	Legado de alimentos	2044
8.23.6.	Legado de Usufruto.....	2045
8.23.7.	Legado de Imóvel	2045
8.24.	Dos Efeitos do Legado	2045
8.24.1.	Efeitos e Litígio sobre Legado.....	2045
8.24.2.	Efeitos – Legado em Dinheiro e Renda Vitalícia.....	2046
8.24.3.	Legado em Prestações Periódicas	2046
8.24.4.	Legado Alternativo	2046
8.25.	Cumprimento dos Legados.....	2046
8.26.	Da Caducidade dos Legados	2047
8.27.	Direito de Acrescer entre Herdeiros e Legatários.....	2048
8.28.	Substituições Testamentárias: Vulgar e da Recíproca.....	2049
8.29.	Da Deserdação e da Indignidade.....	2052
8.30.	Revogação do Testamento	2055
8.31.	Rompimento do Testamento.....	2056
8.31.1.	Testamenteiro.....	2057
8.31.2.	Resumo da Teoria Geral do Testamento (questões relevantes).....	2058
8.32.	Inventário e Partilha.....	2059
8.33.	Sonegados.....	2061
8.34.	Do Pagamento das Dívidas	2062
8.35.	Da Colação.....	2062
8.35.1.	Cálculo da Legítima e Colação	2064
8.36.	Partilha.....	2067
8.36.1.	Garantia dos Quinhões Hereditários.....	2069
8.36.2.	Anulação da Partilha	2069